



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**  
**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**



**ANO XLIX – Nº 22**

**QUARTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1994**

**BRASÍLIA – DF**

**SENADO FEDERAL**

**RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1994**

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução nº 2, de 1994, publicada no DCN (Sessão II), de 14-1-94, página 94, na ementa,

Onde se lê:

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Oeste (PR)...

Leia-se:

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 21, DE 1994**

**Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$160,000,000.00, destinando-se os recursos ao financiamento do Projeto de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a União, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$160,000,000.00 (cento e sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao financiamento do Projeto de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS.

Art. 2º A operação de crédito externo a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

a) valor: até US\$160,000,000.00 de principal;

b) destinação dos recursos: financiamento do Projeto de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS;

c) amortização do principal: em vinte parcelas semestrais e consecutivas, cada uma no valor de US\$8,000,000.00 (oito milhões de dólares norte-americanos), pagáveis de 15 de maio de 1999 a 15 de novembro de 2008;

d) juros: exigíveis semestralmente, com base no custo de captação do BIRD, calculado no semestre anterior e acrescido de **spread** de 0,5% a.a.;

e) comissão de compromisso: 0,75 a.a. sobre o principal não desembolsado.

Art. 3º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º deverá efetivar-se no prazo

## EXPEDIENTE

### Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
**Diretor-Geral do Senado Federal**  
 AGACIEL DA SILVA MAIA  
**Diretor Executivo**  
 CARLOS HOMERO VIEIRA NINA  
**Diretor Administrativo**  
 LUIZ CARLOS BASTOS  
**Diretor Industrial**  
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
**Diretor Adjunto**

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
 Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Semestral ————— Cr\$70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

## SUMÁRIO

### 1- ATA DA 5ª SESSÃO, EM 1º DE MARÇO DE 1994

#### 1.1 – ABERTURA 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

– Aprovação, pela Comissão Diretora, em sua reunião de 24 de fevereiro, dos *Requerimentos de Informações* n°s 30, 31, 74 e 75, de 1994, todos de autoria do Senador Jutahy Magalhães, aos Ministros que mencionam.

– Recebimento do Ofício n° 834/94, de 23 de fevereiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das operações ARO analisadas no período de 1º a 31 de janeiro do corrente ano.

– Recebimento do Ofício n° 19/94, de 23 de fevereiro último, do Governo do Estado da Bahia, encaminhando cópia do contrato celebrado entre a União e o Governo daquele Estado.

– Recebimento do Aviso n° 29/94, de 25 de fevereiro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão n° 67/94 e dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGNO BACELAR – Precipitação do Governo na edição da Medida Provisória n° 434, regulamentando a URV, tendo em vista a polêmica na deliberação, e conseqüente promulgação, do Fundo Social de Emergência. Perplexidade diante da proposta de implantação de uma nova moeda pelo Governo a ser eleito no próximo pleito. A dolarização da economia brasileira.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO – Participação de S. Ex<sup>a</sup> em Encontro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul com o Parlamento Europeu, em Bruxelas, na semana passada. Conseqüências do Plano FHC II nas relações internacionais.

SENADOR JOÃO CALMON – Lamentando os procedimentos adotados na sessão de votação do Fundo Social de Emergência, resultando em sua aprovação e na rejeição de emenda assinada por S. Ex<sup>a</sup>, no sentido da manutenção do repasse de recursos destinados ao salário-educação. Insensibilidade geral quanto às graves conseqüências da supressão destes recursos.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO, pela ordem – Solicitando da Mesa informações acerca do Projeto de Resolução n°

3/92-CN, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Dirceu Carneiro.

##### 1.2.3 – Requerimentos

– N° 105/94, de autoria do Senador João Rocha, solicitando que sejam considerados como licença os dias 10, 11, 16, 17, 18, 21 e 25 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.**

– N° 106/94, de autoria da Senadora Júnia Marise, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 04, 07, 10, 11, 16, 17, 18 e 21 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.**

##### 1.2.4 – Leitura de Projeto

– Projeto de Lei do Senado n° 12/94, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera o art. 1.121 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, e dá outras providências.

##### 1.2.5 – Requerimento

– N° 107/94, de urgência para o Ofício n° S/130, de 1993 (n° 414/93, na origem), solicitando autorização para que o Estado do Tocantins possa contratar operação de crédito externo junto ao BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor equivalente a oitenta e sete milhões de dólares norte-americanos, para os fins que especifica.

##### 1.2.6 – Apreciação de Matéria

– Proposta de retificação da Resolução n° 17, de 1994, a fim de tornar possível ao Governo do Estado do Mato Grosso resgatar toda sua dívida vencida em 15 de fevereiro do corrente ano. **Aprovada.**

##### 1.3 – ORDEM DO DIA

– Requerimento n° 1.451/93, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara n° 5, de 1991 (que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 20, de 1992) com o de n° 233, de 1993, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto. **Aprovado.**

– Requerimento n° 17, de 1994, do Senador Almir Gabriel, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 97 e 165, de 1992, por trata-

rem de matéria que versam sobre o mesmo assunto. **Aprovado.**

– Requerimento nº 99 de 1994, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1994, como o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1992, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Cid Saboia de Carvalho, Esperidião Amin, José Fogaça e Jutahy Magalhães.

### 1.3.1- Matéria apreciada após a Ordem do Dia

– Requerimento nº 107/94, lido no expediente da presente sessão. **Aprovado.**

### 1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONAN TITO – Considerações sobre a inversão de valores no Brasil relativos à política, à agricultura, às relações comerciais, e outros. Demissão da Ministra dos Transportes, Sr<sup>a</sup> Margarida Coimbra. Premência de execução da reforma agrária.

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder – Defesa da proposta revisional que diminui o mandato presidencial e da proposta que possibilita a reeleição para os cargos de Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Omissão da Relatoria

da Revisão Constitucional em relação aos signatários destas propostas.

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Interpretação da Medida Provisória nº 434, de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV, no que se refere à correção diária dos salários

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Reflexões sobre matéria denominada Desnutrição: o compromisso invisível, publicada no "Destaque 5", do Relatório Anual do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que focaliza crianças menores de 5 anos de idade e descreve a situação terrível em que se encontra a infância em grande parte do Planeta.

SENADOR MAURO BENEVIDES – Registro do falecimento do líder político José Lourenço Colares, militante do Partido Trabalhista Brasileiro.

### 1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – MESA DIRETORA

## Ata da 5ª Sessão, em 1º de março de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

*Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Chagas Rodrigues,  
Nabor Júnior e Lucídio Portella*

ÀS 10 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Almir Gabriel – Amir Lando – Beni Veras – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Jarcas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião do dia 24 de fevereiro último, os Requerimentos de Informações nºs 30, 31, 74 e 75, de 1994, todos de autoria do Senador Jutahy Magalhães, aos Ministros que mencionam.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 834/94, de 23

de fevereiro último, encaminhando a relação das operações ARO analisadas no período de 1º a 31 de janeiro do corrente ano.

À Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Bahia, o Ofício nº 19/94, de 23 de fevereiro último, encaminhando cópia do contrato celebrado entre a União e o Governo daquele Estado, na forma prevista na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

À Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu o Aviso nº 29/94, de 25 de fevereiro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 67/94, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Plenária de 23-2-94, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.

À Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de pedir vênua a V. Ex<sup>a</sup> para solicitar aos nobres Companheiros que se encontram nas outras dependências do Senado Federal, nas comissões ou nos gabinetes, que compareçam ao plenário, para que amanhã e imprensa não venha a denunciar que esta Casa não está cumprindo seus deveres, porque não aprova os Ministros e Embaixadores que constam da pauta de hoje e para a qual esta sessão foi convocada.

Sr. Presidente, eminentes Colegas, o assunto do momento, como não poderia deixar de ser, é o Plano Fernando Henrique Car-

doso, cuja divulgação a imprensa tem se encarregado de alardear como medida salvadora, sem defeitos, mas que traz pecados terríveis em seu bojo, como a implantação da nova moeda, já dolarizada – e precisamos ter consciência disso – a economia brasileira a partir do momento da publicação dessa medida provisória. E o Governo prevê a utilização da nova moeda para daqui a 360 dias, o que significa um novo Governo, que a adotará ou não. Começam daí as nossas desconfianças, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Através de uma mensagem do Senhor Presidente da República, esse Plano começou adentrando a reforma constitucional e, a pretexto dela, o Congresso aprovou o Fundo Social de Emergência, que, no nosso entendimento, não tinha nada a ver com essa reforma a que se propõem aqueles que defendem a malfadada e inoportuna Revisão Constitucional, quando o País está a exigir de todos nós a consciência nacional, sobretudo a respeito da fome de brasileiros, que não têm teto, não têm educação, não têm sequer saúde, e estão a reclamar medidas mais efetivas e urgentes.

Mas houve uma invasão na Revisão Constitucional. O Plano foi aprovado, mas ainda não promulgado, e com dúvidas até de fraude, até de inclusão de texto não votado na sessão tumultuada e histórica – histórica porque somente para propiciar 5 anos ao Governo Sarney houve um **quorum** tão elevado. E, mais uma vez, atropelando o direito constitucional deste Congresso, o Presidente da República edita mais uma medida provisória, que nos deixa de mãos atadas.

O mais grave, Srs. Senadores, é que ontem assisti, pela televisão, ao anúncio de que a medida provisória já estava sendo examinada por esta Casa, quando nem sequer foram designados pelas lideranças os membros que a estudarão. Sabemos que este anúncio é para que a partir de hoje se comece a dizer que o Congresso não está trabalhando, não está examinando a medida provisória e – o que é pior – que essa medida provisória poderá atrapalhar a Revisão Constitucional.

E é um Plano cheio de "se": "Se não aprovar", "se o povo não fizer isso", "se o Congresso não fizer aquilo!..."

E nos defrontamos com uma Revisão Constitucional também sujeita a essas mudanças de temperatura, às intempéries da natureza e àquilo que a imprensa está cobrando com muita frequência, numa injúria a este Poder: a falta de decisão dos Srs. Legisladores, quando todos nós sabemos que a falta de iniciativa se caracteriza e reside no Palácio do Planalto.

**O Sr. Ronan Tito** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. MAGNO BACELAR** – Com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Ronan Tito** – Nobre Senador Magno Bacelar, no regime presidencialista, as iniciativas cabem ao Presidente, ao Chefe do Poder Executivo – é óbvio! Não é praticado? É trágico! E vivemos num regime presidencialista forte, diria quase imperial. E porque o Presidente da República não age então ficamos aqui nos divertindo, acusando-nos uns aos outros, e principalmente acusando o Congresso Nacional, porque o Congresso Nacional teria que tomar muitas medidas, embora não possa fazê-lo, no regime presidencialista. Qualquer iniciativa do Poder Legislativo que implique dez centavos de gasto é inconstitucional. Ora, o Senhor Presidente da República não toma medidas... E o pior é que agora estamos vendo, primeiro, uma acusação permanente em cima do Congresso Nacional, e, segundo, uma manipulação do imaginário através da condução das notícias. Outro dia fiquei sabendo que alguém está sendo acusado de ter mandado um bilhete para pedir o recebimento de uma fatura de um serviço prestado. Tenho um vizinho, um amigo meu, que é executivo de uma construtora e trabalha nos Es-

tados Unidos. Perguntei a ele se isso acontece lá, e respondeu-me que não, porque o Estado, quando deve, paga. Aqui, para que o Estado pague é preciso haja alguém ligado ao Ministro ou à Ministra pedindo ao Estado que cumpra o seu dever. O Estado inadimplente, aqui, não é crime. Crime é pedir ao Estado que pague aquilo que deve. Se V. Ex.<sup>a</sup> entendeu, explique para mim, porque não entendi. Em todo lugar do mundo o dever de quem deve é pagar. Se a empresa prestou serviços à Ponte Rio-Niterói, não precisaria de tráfico de influência para que o Estado pagasse, se o Estado fosse correto. Se o Estado não paga, se cria dificuldade é para, depois, vender facilidade. Estamos vivendo um momento interessantíssimo, em que o Presidente da República transformou este País num grande Tribunal, em que todo mundo é criminoso, e só Sua Excelência é um homem honesto, sério, correto. E devo dizer e confessar, acredito que o seja. Apenas Sua Excelência continua sério, honesto, e o País possui 14 milhões de desempregados e uma inflação galopante. Temos uma reserva de 30 bilhões de dólares – Sr. Senador, pasme, mais de 30 bilhões de dólares! Depositamos esse dinheiro no IBS; recebemos 2,8 a 2,9 de depósito; esse dinheiro é emprestado, às vezes, para o Deutsche Bank. Nós emprestamos a 2,8% ao ano; para qualquer um desses bancos potentes, lá fora, esse dinheiro é reemprestado a 4, 5%, para os grandes bancos estatais da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. Esse dinheiro é reemprestado a 7% ao ano para os bancos menores, que, por sua vez, emprestam para os bancos brasileiros a 12%, 14%, 15%. Sabe qual o dinheiro, Senador? O dinheiro que nós estamos depositando no IBS, que recebemos 2,8% ao ano. Entretanto, ninguém está interessado nesse escândalo. O povo brasileiro está sendo roubado em 10% ao ano sobre 30 bilhões de dólares, mas isso não interessa. Não interessa porque não dá dedurismo, não dá televisão, não dá ibope, porque os que dominam a mídia, o imaginário coletivo, não permitem que isso saia. O Brasil está sendo roubado, no mínimo, em 3 bilhões de dólares por ano, todo ano, nessa ciranda. Ninguém está interessado nisso: nem o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, nem o Presidente Itamar, nem o Congresso Nacional. O Congresso Nacional se interessa muito em dedurar companheiros. Prezo muito os congressos de todos os países, porque existem simulacros de congressos com intenção de apenas criar uma fachada de aparência de democracia, mas não conheço nenhuma democracia sem congresso, sem parlamento. Temos que fortalecer o nosso Parlamento e não ir nesse jogo de empurra que está criando o Poder Executivo, principalmente através dos seus líderes, que, muitas vezes, jogam a culpa da sua inércia, da sua incompetência, da sua incompetência, da sua mediocridade, no Congresso Nacional. E o Congresso Nacional, em vez de fiscalizar o Poder Executivo – sua segunda maior função –, fica brincando de gato e rato aqui dentro. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela concessão do aparte e, tenha certeza, todos os dias virei à tribuna – tenho impressão que ninguém irá ouvir porque estamos falando em Câmara de vácuo, não estamos falando na televisão – a fim de denunciar mais uma mazela deste Governo, que usa a honestidade como capa da ineficiência e da incompetência. Muito obrigado.

**O SR. MAGNO BACELAR** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

O meu discurso, que não tinha nenhuma pretensão senão a do direito do povo brasileiro de, pelo menos, gritar e esparar, passou a ter brilhantismo a partir do aparte que V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu.

Sr. Presidente, de atropelos em atropelos o Fundo Social de Emergência nada tem de emergência. O Fundo, que é emergencial ou se propõe a isso, não prevê recursos para a educação, pelo contrário, a pretexto da criação do Fundo Social de Emergência suprimiu-se um acordo e um item colocado na criação do IPMF para a

educação. Um plano que não prevê a construção de casas populares num País de misérrimos e de habitantes que vivem debaixo de pontes ou de ruínas, com a cidadania sem identificação, porque não tem sequer uma residência fixa, não é um plano de emergência.

E o que é pior, a implantação da URV, e é bom que se reconheça isso, vem sob a expectativa inflacionária. Por quê? O que tem dito o Sr. Ministro da Fazenda, aproveitando a todo momento a mídia que está colocada a sua disposição, é que o assalariado não sofrerá prejuízo porque terá a correção diária das perdas. Ora, se haverá correção, é porque existe uma expectativa inflacionária. E o grande atrativo é, exatamente, a promessa de correção diária. Com relação ao funcionalismo público, o Governo esqueceu as perdas anteriores, que chegaram a 48%, sendo o funcionário enganado com um adiantamento ou um abono de 5%.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o momento é realmente grave e de muita expectativa. Volta-se a punir o trabalhador, mas não se pensa naquilo que se referiu o nobre Senador Ronan Tito: o comércio exterior, a emissão diária de moeda para compensar um comércio falso, um superávit falso onde a intromissão do Banco Central significa tão-somente a emissão de moedas para que tenhamos um depósito no exterior. O atual Ministro da Fazenda e os que o antecederam afirmam que isso dá crédito e sustentação aos pleitos de empréstimo pedido pelo nosso País. A que custo? A custo da miséria, da fome, da falta de escola para os brasileiros e de uma expectativa inflacionária, porque o dinheiro que fica depositado exige nova emissão em nosso País.

Temos a consciência de que precisamos ajudar o Governo, torcer para que dê certo, mas não podemos ficar, neste Congresso, a reboque da mídia, votando indiscriminadamente tudo aquilo que é enviado sem sequer ter o direito de examinar, de criticar e de desaprovar. Filio-me entre aqueles que não pretendem criar problemas para o Governo, mas que pretendem continuar exercendo a função mais nobre e digna deste Congresso, que é fiscalizar e legislar.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

**O SR. DIRCEU CARNEIRO** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao Plenário desta Casa uma breve referência sobre o Encontro da Comissão Parlamentar do MERCOSUL com o Parlamento Europeu, realizado semana passada, em Bruxelas, a convite do Parlamento Europeu, cuja finalidade foi obter um maior entrosamento com aquela importante integração regional, que inspira, continuamente, o caminho do MERCOSUL.

Avaliamos que foi de grande importância aquele Encontro, vez que a América do Sul, de acordo com sua posição geográfica, não tem tanta facilidade para se integrar no contexto internacional, particularmente no momento em que os megabloques se articulam, estabelecendo rumos e criando cada vez mais dificuldade para interlocução de um país individualmente. Hoje, não há mais possibilidade de um país estabelecer uma interlocução com blocos ou megabloques individualmente. Os países que estão envolvidos no processo de integração sequer têm condições materiais de atender essa interlocução.

No entanto, registramos, com grande satisfação, que a Comunidade Comum Européia está bastante atenta ao que acontece na América do Sul e vendo com grande admiração assim manifestada pelos seus parlamentares e pela Comissão que se relacionou conosco e que tem feito circular informações no âmbito do Executivo, da Comissão que está trabalhando para a união eu-

ropéia, bem como pelos parlamentares, pela direção do Parlamento Europeu que tem feito publicar e circular informações sobre a realidade, particularmente do MERCOSUL, considerado como o elemento mais importante para a integração ou o inter-relacionamento com aquela comunidade.

A iniciativa de atendermos o convite do Parlamento Europeu teve exatamente o significado e o sentido de nós nos fazermos presentes naquela comunidade, visto que a Europa de hoje está com problemas gravíssimos. O continente africano, o Oriente Médio, de um modo geral, e o Leste Europeu constituem-se em enormes desafios para a Comunidade Econômica Européia. No período da guerra fria, a Europa vivia sob o pesadelo da ameaça nuclear. Ninguém desconhece que o território europeu era o campo de batalha, o campo de disputa, o campo de conflito do Leste-Oeste. Uma vez retirada, quase que totalmente, a ameaça nuclear, os europeus se encontram diante das grandes pressões de correntes migratórias, sendo estas mais graves do que a ameaça nuclear em nosso passado recente. Quando assistíamos a uma reunião do Parlamento Europeu, parlamentares espanhóis anunciavam a chegada à costa espanhola, naquele dia, de barcas com habitantes do norte da África, buscando alternativas por meios completamente informais. Isso ocorre aos milhares e aos milhões, ao longo dos anos. Já é bastante notável a presença de migrantes dos países dos Balcãs, do Leste europeu ou mesmo dos países africanos e até do Oriente Médio. Diante desses problemas gigantescos, a Comunidade Econômica Européia se volta mais para os seus problemas e estabelece prioridades dentro desse rol, desse leque de desafios que enfrenta, e isso provoca, evidentemente, certo distanciamento das outras partes do mundo. É importante registrar também quanto importante é a aproximação dos Parlamentos ou das comunidades sul-americanas com aquele grande mercado, um continente com o qual temos relações históricas muito ricas.

Durante nossa permanência lá, estabelecemos contatos diários e ininterruptos com diversas áreas do Parlamento - Comissões de Relações Exteriores, Comissões de Elaboração Orçamentária, plenários do Parlamento Europeu e contatos com a Comissão que executa as atividades do Poder Executivo. Deixamos intensificadas as nossas reivindicações, não no sentido de recebermos qualquer favor ou facilidade, mas no sentido de intensificarmos um relacionamento bilateral, de aprofundá-lo e de enriquecer a nossa pauta de trocas com aquela economia que, embora enfrentando dificuldades próprias do momento que atravessamos, é significativamente um mercado que tem uma enorme potencialidade de relacionamento com o nosso MERCOSUL.

Levamos todas as informações de interesse e conhecimento mútuo, em que relatamos e registramos os avanços extremamente positivos da integração dos 4 países do extremo sul da América, onde o comércio inter-regional ultrapassou 75% de dinamização, nesse curto período em que estamos buscando a integração; por outro lado, também registramos que este ano deveremos atingir a marca superior a nove bilhões de dólares de trocas regionais. Isso significa 50% das trocas na América Latina.

Por outro lado, evidenciamos que o MERCOSUL, com os outros 4 países, representa 50% das trocas da América Latina; é um mercado que está em ampla expansão, já alcançou um razoável nível de desregulamentação, abriu bastante a sua economia e, portanto, está preenchendo as condições exigidas pelo mundo de hoje para uma inserção no contexto das trocas internacionais mais intensas, mais realistas, mais ao feitio das necessidades do mundo de hoje.

Creio que deixamos uma boa impressão junto ao Parlamento Europeu, a qual decorreu dos relatórios da realidade da nossa

integração e também, comparativamente, com o tempo que a Comunidade Econômica Européia levou para alcançar o nível de integração atual, que contrasta drasticamente com o ambicioso e curtíssimo tempo que nos impusemos para alcançar a integração na América Latina - esse dado contou com a simpatia, a compreensão e o apoio dos interlocutores da Comunidade com quem nos relacionamos, até porque eles compreendem que o mundo de hoje os surpreendeu também com a velocidade das suas transformações.

Jamais os europeus imaginavam que poderiam ter um programa de integração alemã num período tão curto, como aconteceu, que fosse esgotar tão drasticamente os recursos europeus no sentido de realizar essa integração nos níveis e na velocidade necessários. Talvez os alemães gastem 100 bilhões de dólares por ano para essa integração, num período de quase uma década.

Dada essas circunstâncias, aquela ambição do tempo tão curto para a nossa integração foi plenamente compreendida pelos europeus, que nos viram com simpatia e desejaram, evidentemente, que tivéssemos todo o sucesso nesta empreitada.

Por outro lado, acompanhamos decisões particularmente da Comissão de Relações Exteriores, onde se discutia a questão do Nafta, em que se evidenciava uma preferência de relacionamento com o México, explicitada e diferenciada dos outros países da América Latina. Em decorrência até da presença da Delegação brasileira naquele Plenário, essa proposta de apenas evidenciar o México como preferencial nas relações com a Comunidade Econômica Européia foi emendada, através de um deputado português, que acabou então colocando todos os países da América Latina com a mesma intensidade de preferência, ao contrário do que se estava pretendendo naquela primeira postulação.

De modo que até com a presença física, no momento em que se estava decidindo certas questões, houve essa compreensão, e verificamos que precisamos intensificar esse relacionamento, não só da presença de parlamentares, mas também da presença de funcionários, que, ao se estabelecerem junto à Comunidade, prestando o seu trabalho no interior da comunidade, quer do Parlamento, quer da Comissão, possam ser pessoas que alimentem os nossos bancos de dados de opiniões, de informações, de pontos de vista, de críticas, ou possam ter procedimentos que aquele Parlamento ou aquela Comissão de integração queira defender ou assumir.

Estamos pretendendo, portanto, propor ao Parlamento brasileiro que envie alguns observadores em nível de assessoria, para que consigam entrosar-se com a dinâmica do Parlamento e da Comissão a fim de concretizar um eficiente intercâmbio de informações com o nosso País e com o MERCOSUL. O que se pretende com isso é um estreitamento maior do que as meras formalidades dos acordos de troca de informações técnicas ou de formação de recursos humanos.

Sr. Presidente, são essas as informações que queria trazer ao plenário a respeito desta missão que fomos cumprir no Parlamento Europeu, semana passada. Participaram dela, como representantes da Delegação brasileira o Senador Odacir Soares, que a chefiou, o Deputado Amaury Müller, que é o Secretário da Comissão Parlamentar e eu, que estou trabalhando na Secretaria-Geral dessa Comissão. Lá estavam também as Delegações do Uruguai, do Paraguai e da Argentina, compostas de Senadores e Deputados. A Comissão da Argentina, neste momento, preside a Comissão Parlamentar conjunta dos quatro países. Esperamos que haja o desdobramento conseqüente dessa visita que acabamos de fazer ao Parlamento Europeu.

Nessa mesma viagem tivemos contato com a nossa representação diplomática junto à Comunidade Econômica Européia; na oportunidade discutimos, evidentemente, os problemas da integração, e nossa representação diplomática deve intensificar o relacionamento com o nosso Parlamento, em nível de Mercosul. Foi aventada ainda a possibilidade de, em uma evolução posterior, chegarmos a ter uma única representação diplomática do Mercosul junto à Comunidade Econômica Européia. Evidentemente, esse é um objetivo para o médio ou longo prazo.

Verificamos ainda que a nossa representação diplomática em Bruxelas, junto à Comunidade Econômica Européia, está muito bem entrosada com os demais membros do Mercosul e tem atuado em uma modalidade de consultas e de troca de informações multilaterais, para que a ação de representação diplomática dos países do Mercosul tenha o mínimo de coerência e, portanto, maior eficácia. De modo que estamos vendo realmente a integração acontecendo nos aspectos práticos, inclusive no que diz respeito à diplomacia.

Não poderíamos deixar de discutir a questão do Plano de Estabilização da economia do nosso País, visto que uma das principais dificuldades da integração são as instabilidades econômicas ou macroeconômicas que temos vivenciado. É extremamente difícil, para não dizer praticamente impossível, estabelecer-se uma integração econômica com países sem controle de suas economias.

O desejo e o esforço no sentido de buscar a estabilidade econômica é assunto de todas as tratativas da integração regional. Nesse sentido, o Plano de Estabilização foi assunto cotidiano das nossas conversas com a representação diplomática dos países do Mercosul, bem como dos membros do Parlamento e da Comissão Executiva do Parlamento Europeu e da Executiva da Integração Européia.

Quero registrar ainda, a partir das experiências, principalmente da Argentina, quanto a seu Plano de Estabilização, basicamente assentado numa dolarização da economia. Essa questão da dolarização sempre tem sido muito lembrada nos planos, particularmente das tentativas feitas pelo nosso próprio País.

Diria que dolarizar, na Argentina, foi um ato bastante normal. Há mais de 20 anos, quando estive na Argentina, já lembro que os trabalhadores daquele País recebiam os seus salários em peso e podiam depositá-lo em dólar. Essa familiaridade com o dólar é algo absolutamente normal, livre e praticado na Argentina durante décadas. Isso significou que, quando o País optou pela dolarização, já possuía toda uma vivência no trato dessa moeda estrangeira - o dólar - em sua economia.

E aqui, no Brasil, isso se passa de modo completamente diferente. De modo que o Plano de Estabilização, como o uso da URV, que hoje inicia a sua vida na economia brasileira como um índice extremamente forte no sentido de referenciar a economia dentro de uma visão de estabilidade, de não variação de referencial, é muito mais complexo que uma simples dolarização.

Quem afirma que o Plano de Estabilização do Ministro Fernando Henrique Cardoso é de dolarização da economia, transforma-o numa simploriedade que não corresponde à realidade, que não explica nem a complexidade da sociedade brasileira, nem as razões econômicas pelas quais foi proposto o Plano e, portanto, cria apenas uma idéia pânfletária do mesmo.

Queria propor rapidamente uma reflexão sobre esse referencial, porque ela é absolutamente necessária para a sua compreensão e credibilidade mais ampla.

O Brasil tem um relacionamento internacional muito rico na questão das trocas comerciais. Tem uma relação de troca intra-re-

gional na base de 12%; um relacionamento de troca com os Estados Unidos na base de 19% da sua pauta de exportação, particularmente de produtos mais elaborados, mormente calçados, sucos e outros de natureza mais elaborada, portanto mais nobres; tem um relacionamento de 30% com o Mercado Comum Europeu, presença bastante significativa nos produtos de natureza primária, portanto, embora sendo mais volumosa do que as relações com os americanos, é um pouco menos nobre, digamos assim, do ponto de vista da elaboração do produtos e também tem um bom relacionamento com o Sudeste Asiático, com a Ásia, com países do Oriente Médio, África, assim por diante.

Bem, esta gama de relacionamento estabelece a balança de trocas de nosso País, e o Brasil, nessa área, é um megapaís, pois tem o terceiro superávit mundial, perdendo apenas para o Japão e Alemanha, se não me engano. Com essa posição privilegiada de superávit, o Brasil tem uma posição bastante consolidada para estabelecer um referencial para a economia, que é o índice e o indexador máximo, assentado exatamente nessa relação multilateral, com moedas que contém a nossa receita de trocas, isto é, o dólar, o iene, o franco francês, o marco alemão, a libra esterlina, a lira ou pesetas espanholas, assim por diante.

Esse conjunto de moedas, evidentemente guarda relações com o dólar, porque em qualquer parte do mundo veremos nos painéis de câmbio o relacionamento do dólar americano com qualquer das outras moedas: o dólar e o iene; o dólar e o franco francês; o dólar e o franco belga; o dólar e o marco alemão; o dólar e a libra; e assim por diante.

De maneira que, quando este indexador se aproxima do dólar é exatamente porque reproduz uma realizada que está no horizonte e é a base desses indexadores que o Plano Econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso tomou para estabelecer uma visão muito mais ampla do que apenas uma moeda: o dólar; isto é, outros planos são quase que simplórios se comparados à complexidade do Plano proposto pelo Brasil. Ele é de múltiplo embasamento e reproduz o perfil das relações do País com o resto do mundo, em termos de moeda. E essas moedas acabam refletindo dentro do País, relacionando-se aqui a partir dos seus efeitos, do superávit, de meio circulante ou de outras formas diretas ou indiretas e vai reproduzindo aí essa faixa dos três índices que o Governo tomou para trazer com essa ampla base o mais próximo possível da realidade a correção diária da URV.

Assim, assentado nessa base extremamente ampliada e de um conceito muito mais amplo e muito mais complexo do que normalmente se admite, acredito na total possibilidade de que esse índice, que foi proposto para desacoplar a cultura inflacionária que está na cabeça do povo brasileiro, tenha total sucesso, quer pela sua didática, quer pelo seu realismo.

E, acima de qualquer coisa, o que mais me parece impressionante – e eu sinceramente por algum momento duvidei que o Governo fosse assumir – é exatamente o propósito de oferecer garantia de um lado das relações de troca, isto é, o Plano de Fernando Henrique Cardoso oferece garantias para os salários, ele não oferece a garantia do reajuste diário dos bens.

Portanto, ao contrário de todos os outros planos que favoreciam sempre o lado dos bens e sacrificavam os salários, neste agora quem tem que correr atrás são os preços dos bens, principalmente – imagino – os de consumo corrente.

Por outro lado, compreendendo muito bem o perigo da praga dos monopólios, estabeleceu o Plano um corredor estreito para conduzir os preços dos monopólios e dos oligopólios que não respeitam planilha de custo e lucro, trabalham sempre com preço administrado; e governo nenhum tem facilidade de combater isso,

nem o governo americano com as leis duras de antitruste e outras conseguiu fazer frente totalmente, tiveram que abrir a sua economia para que os japoneses, coreanos e outros competidores fossem quebrar o pico dos monopólios e dos oligopólios.

Se os oligopólios e os monopólios que fogem da regra da oferta, da procura e da competitividade quiserem se sobressair e usufruir de lucros indecentes, como têm feito ao longo da época – e até colocando em risco o plano, porque são produtores de insumos para diversos outros setores da economia, que uma vez não tendo controle na origem perdem seu controle no geral – vão ter um tratamento muito especial e se abusarem verão os competidores internacionais entrarem no Brasil por portas largas e vão ter que se haver com produtos, quem sabe, de melhor qualidade e de menor preço.

De modo que quero registrar essas rápidas reflexões – e já vejo que o Sr. Presidente me adverte do tempo – como uma forma de compreendermos melhor, discutirmos, evidenciarmos os nossos pontos de vista e elaborarmos aquilo que deve ser a verdade deste plano que está posto, sem as distorções de compará-lo com o Plano Cruzado, que era de uma outra época, de outra circunstância, de outras autoridades e de um País num outro momento. Por conseguinte, essas coisas podem servir de lição mas não de cópia ou referência para serem adaptadas ou adotadas agora.

Sr. Presidente, eram as considerações que queria fazer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Solicito aos Srs. Senadores que estejam em seus gabinetes que venham ao plenário; e aos Srs. Presidentes de Comissão que encerrem os trabalhos, liberando os Srs. Senadores, pois há matéria urgente a ser examinada e votada nesta sessão extraordinária.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

**O SR. JOÃO CALMON** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada vivi, no plenário do Congresso, os momentos mais tristes de uma carreira parlamentar que se estende ao longo de 31 anos: quando eu, lutador obscuro, mas muito obstinado da causa da educação, vi um rolo compressor rejeitando em bloco 72 pedidos de destaques para tornar possível o que considero um golpe na educação, já que o Fundo Social de Emergência determina, com a maior clareza, que sobre os impostos federais constantes desse novo Fundo não incidirão os percentuais estabelecidos na Constituição, no seu art. 212, de minha autoria: 18% no mínimo da receita de impostos federais.

Num pronunciamento anterior, na quinta-feira da penúltima semana, tive inclusive oportunidade de receber um aparte muito honroso para mim do Senador Darcy Ribeiro, que considero o mestre dos mestres. Não me contive nesse pronunciamento, e comparei um golpe desta natureza como resultado do Complexo de Herodes.

No Brasil, quase ninguém se emociona com esses quadros que apresento aqui, monotonicamente, dezenas de vezes. E não apenas do interior do Estado que teve o privilégio de ver nascer o nosso eminente Presidente Chagas Rodrigues, o Piauí, mas em outros Estados daquela área tão sofredora, uma professora primária ganha a metade ou um terço do salário mínimo.

Às vezes temo ser repetitivo, mas sinto-me no dever de insistir nessas revelações. Na periferia daquela megalópole que é São Paulo, a segunda do mundo, depois de Tóquio, escolas de primeiro grau funcionem quatro ou cinco turnos. As crianças permanecem na escola durante duas horas por dia; descontada a meia hora da merenda, estudam apenas uma hora e meia por dia. E São Paulo é o Estado que nos permitiu contar, durante alguns anos, nesta



Casa, com uma figura notável de homem público, que é o atual Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Infelizmente, o rolo compressor aprovou o Fundo Social de Emergência, mas o Plenário do Congresso Nacional não é a última instância. É possível recurso ao Supremo Tribunal Federal, arguindo-se a inconstitucionalidade dessa decisão do Congresso Nacional, ao qual ainda me orgulho de pertencer. Outros segmentos não vão esperar por esse recurso ao Supremo Tribunal Federal, como já foi feito no passado por ocasião da aprovação do IPMF, quando um representante do povo de São Paulo, Deputado Aloizio Mercadante, recorreu à Suprema Corte, arguindo a inconstitucionalidade desse novo imposto.

O que me preocupa ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que todos nós vivemos numa Federação que tem unidades que tiveram reduzido o percentual incluído na Constituição por iniciativa deste obscuro representante do Estado do Espírito Santo no Senado Federal.

Não me canso de elogiar o civismo, o patriotismo, realmente invejáveis, do Rio Grande do Sul, cuja Constituinte não se conformou apenas em cumprir o que determina a Carta Magna: em vez de 25%, a Constituinte gaúcha incluiu a obrigatoriedade de, no mínimo, 35% da receita de impostos estaduais para essa finalidade. O mesmo aconteceu, em escala menor - com aumento para 30% -, nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se essa fosse a única violação, nossa tristeza seria um pouco menor. Entretanto, existem outras, e não há a menor reação neste País, significando que a insensibilidade está se ampliando demasiadamente.

Há um artigo na Constituição, que não é de minha autoria, foi uma iniciativa do nobre Deputado Federal - àquela época, Constituinte - Osvaldo Coelho, que introduziu o art. 60 nas Disposições Transitórias, determinando que "Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição..." - incluído por minha iniciativa - "... para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental". Esse artigo é de uma clareza meridiana - foi aprovado. A partir de 1990, o Tribunal de Contas da União cumpriu o seu dever e, a cada ano, apontava a inconstitucionalidade do Orçamento, por não estar cumprindo o art. 60 das Disposições Transitórias. Na Comissão Mista do Orçamento, no plenário do Senado, de minha parte, na Câmara dos Deputados, de parte do Deputado Osvaldo Coelho, todos nós protestamos contra essa violação da Constituição, e não aconteceu absolutamente nada - nada!

Para não dizer que tudo isso passou em brancas nuvens, o Deputado Osvaldo Coelho e a Presidente da Associação Nacional de Secretários de Educação - uma admirável educadora, Gilda Poli, que foi Secretária de Educação do Governo do Estado do Paraná - encaminharam uma representação ao Procurador-Geral da República arguindo a inconstitucionalidade do Orçamento. O Dr. Aristides Junqueira leu a representação e manifestou a sua opinião de que realmente era inconstitucional o Orçamento, declarando que seu parecer seria nesse sentido. Quatro ou cinco dias depois, S. Ex<sup>a</sup> me entregou uma cópia da representação, considerando inconstitucional o Orçamento.

Já contei esse episódio aqui, neste plenário, e creio que também no Congresso Nacional, pelo menos umas quatro ou cinco vezes. Mas não vou abandonar essa causa que me parece ser da mais transcendental importância para o futuro do Brasil.

Qual foi o resultado dessa denúncia do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional? O resultado foi

zero! Foi lida essa denúncia do Tribunal de Contas na Comissão Mista de Orçamento, no plenário da Câmara, no plenário do Senado, e não aconteceu nada!

O Deputado Osvaldo Coelho e a Professora Gilda Poli recorreram ao Supremo Tribunal Federal. Lá, essa representação foi colocada em cima de uma montanha de outras representações, que haviam chegado antes e estavam esperando o momento do julgamento.

Quando, finalmente, chegou a hora da decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Sepúlveda Pertence exarou o seguinte despacho: "Como já transcorreu o ano a que se refere esta representação, archive-se".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que fazer?

A comunidade, que congrega educadores, estudantes, servidores da área da educação, não tem se mobilizado como se mobilizou para apoiar o **impeachment** do então Presidente Fernando Collor. E tenho tentado sensibilizar essas entidades, conseguindo, pelo menos, um resultado concreto: na última sexta-feira, fui convidado para participar de uma reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde me foi possível debater amplamente este problema da maior importância.

**O Sr. Mauro Benevides** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** - Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Mauro Benevides** - Nobre Senador João Calmon, trazendo à Casa essa informação a respeito do despacho de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, V. Ex<sup>a</sup>, praticamente, suscita uma expectativa e, sobretudo, uma dúvida que remanesce no meu espírito. É a de que, se nos anos subsequentes tiver havido o descumprimento da norma constitucional, aquele despacho vai assumir força jurisprudencial, vai ser repetido, reprisado, reeditado, quando representa, sem dúvida, um descumprimento a uma norma constitucional explícita? Fica uma dúvida: no próximo ano, a reclamação só poderá ocorrer no final do exercício, ocasião em que saberemos se as aplicações ocorreram ou não. No ano seguinte, ocorrerá o mesmo fato: descumpre-se o percentual previsto na Carta Magna, e os responsáveis por esse crime perpetrado contra a educação ficam isentos de qualquer punibilidade.

**O SR. JOÃO CALMON** - Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex<sup>a</sup> me conhece há muitas décadas, desde os tempos da nossa remota mocidade - refiro-me a mim e não a V. Ex<sup>a</sup>, que ainda é jovem. Não desisto de uma batalha só por causa de um insucesso. Embora eu nem seja autor desse artigo, entretanto, tenho deveres para com a minha consciência e para com o meu País, razão por que procurei dar uma colaboração, embora modesta, ao Deputado Osvaldo Coelho. Por ocasião de uma solenidade que se realizou aqui no Congresso Nacional. Nela tive a oportunidade de aproximar-me do Presidente do Supremo Tribunal Federal, narrei-lhe esse episódio, indagando de S. Ex<sup>a</sup> se não havia um recurso que evitasse a violação impune de um artigo importante da Constituição do País. S. Ex<sup>a</sup> imediatamente me respondeu que seria possível; que, num caso como esse, de urgência urgentíssima, o processo não precisa iniciar-se no âmbito da Procuradoria-Geral da República. Seria possível impetrar uma medida judicial diretamente junto ao Supremo Tribunal Federal - como, aliás, foi feito, se não me engano, por ocasião de objeções em relação ao IPMF, de pessoas que, sentindo-se prejudicadas em relação à reivindicação de maiores verbas para a habitação popular.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que deve haver um total de 20 ou 30 artigos da Constituição que são letra morta. Ainda dentro da área de educação, o art. 35 da Constituição prevê, como causa para intervenção em município, o não-cumprimento do art.



212 da Constituição Federal - que foi de minha iniciativa. De acordo com aquele artigo, quando o prefeito não destinar o percentual mínimo da receita de impostos municipais para a educação, o governador do Estado deve decretar a intervenção: deve ser afastado o prefeito. Não assume o vice-prefeito e o governador nomeia o interventor, que toma posse. Nunca houve, no Brasil, um só caso de intervenção em município por esse motivo!

Creio que estamos sendo dominados pela insensibilidade, porque o Anuário da UNESCO, monótona e vergonhosamente, nos coloca abaixo de 59 países em dispêndios com a educação em relação ao Produto Nacional Bruto, e não acontece absolutamente nada. Este País não se emociona com o descabimento da Educação, nem mesmo quando o corajoso Ministro da Educação, Murílio Hingel, proclama, em entrevista publicada em manchete a que já me referi neste plenário, pelo menos duas ou três vezes: "A educação no Brasil está falida, e a situação tende a piorar ainda mais".

Depois de todos esses gritos de alerta, depois dessas tentativas de recurso ao Poder Judiciário, vimos, profundamente desolados, a maioria esmagadora do Congresso Nacional aprovar o Fundo Social de Emergência, que inclui um artigo determinando que sobre os impostos constantes desse Fundo não incidirão os 18% a que alude o art. 212 da Constituição. Infelizmente, apesar do meu apelo dramático naquela, para mim, memorável noite no Congresso Nacional; apesar dos elogios, todos merecidos, que fiz ao eminente Relator do Fundo Social de Emergência, Deputado Nelson Jobim, foi aprovado inalterado o Fundo Social de Emergência.

Além do recurso que pretendo encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, com a colaboração de outros batalhadores desta causa, fui convidado a assinar também um mandado de segurança para tentarmos impedir esse atentado à educação.

**O Sr. José Fogaça** - Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** - Com muito prazer, concedo um aparte ao meu fulgurante Líder, neste momento Vice-Líder, José Fogaça.

**O Sr. José Fogaça** - Senador João Calmon, quero cumprimentá-lo, registrando, com indistinta emoção, o que testemunhei na votação da semana passada, quando V. Exª agiu bravamente como um leão solitário na luta por essas conquistas no campo da educação. De tal modo a sua mobilização pessoal me impressionou, que votei com V. Exª. Em todas as votações, acompanhei o pensamento de V. Exª. Gostaria que o País tivesse muitos João Calmon.

**O SR. JOÃO CALMON** - Muito obrigado. V. Exª bate recordes de generosidade em relação a mim.

**O Sr. José Fogaça** - O Senador João Calmon obteve muitas conquistas para a educação; seria bom se tivéssemos outros tantos João Calmon para conseguir aplicar corretamente esses recursos, de acordo, inclusive, com o que a Constituição estabelece. Seria bom que o poder corporativo das elites mais poderosas, hoje, na burocracia educacional do País não desviasse esses recursos, que pertencem aos pobres, às crianças de 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 anos. Quando esses recursos são desviados, como vêm sendo há quatro anos - V. Exª registra isto - na verdade, eles são roubados, são furtados dessas crianças brasileiras. Queria que este País tivesse muitos João Calmon na condenação veemente. Mas o que sinto, Senador, é que há uma certa vergonha, um certo pudor, um inexplicável recato imoral e antiético em defender que as verbas federais sejam aplicadas para a educação básica. Parece que isto significa atingir interesses corporativos muito poderosos deste País. Vejo que Senadores e Deputados das mais diversas linhas

políticas e correntes têm uma certa tendência de respeito pundonoroso para tratar dessa questão. Não querem mexer na forma como os recursos são aplicados. É como se pegássemos essa enorme receita da educação - porque a conquista que V. Exª fez realmente coloca o Brasil em uma posição razoável...

**O SR. JOÃO CALMON** - A Constituinte gaúcha me inspira enorme inveja: aumentou o percentual para a educação de 25% para 35% da receita de impostos!

**O Sr. José Fogaça** - É verdade, mas no Rio Grande do Sul também há problemas quanto à aplicação dos recursos. Também lá se cometem erros como, por exemplo, fazendo obras desnecessárias e pagando mal os professores. Então, eu queria vários João Calmon no Brasil cuidando da aplicação dos recursos - milhares de João Calmon, e não apenas um leão solitário na Casa Alta do Congresso Nacional.

**O SR. JOÃO CALMON** - Eu não sou solitário, não. Há muitos colegas lutando também, e V. Exª é um deles.

**O Sr. José Fogaça** - Mas a voz de V. Exª se sobressai, e eu também, como V. Exª, me indigno com isso. Indigno-me com essa incapacidade nacional de se preocupar com a aplicação desses recursos. É como se jogássemos e despejássemos um enorme volume de recursos nas mãos de pessoas que são irresponsáveis, porque não cumprem a Constituição. Como disse V. Exª, o Tribunal de Contas da União, a cada ano, flagra e registra no seu parecer essa impropriedade constitucional; e o Brasil passa por isso como se nada acontecesse. Esse é um escândalo maior do que muitos eventos de sambódromo que já ocorreram neste País. Essa é uma exposição de partes pudendas talvez muito mais dolorosa, mais dramática, mais desumana do que já se viu por aí. Não entendo como isso não dê tantas manchetes, como os editores de jornais, tão apressados em fazer manchetes sobre fatos insignificantes para o País, fatos sem importância, que não mudam o curso da história - como, por exemplo, a passagem do Presidente da República pelo Sambódromo - não têm coragem de, nos seus editoriais, dar manchetes ao escândalo da inaplicação constitucional dos recursos da educação no Brasil. Cumprimento V. Exª, como seu seguidor que fui na votação da semana passada.

**O SR. JOÃO CALMON** - Fulgurante Senador José Fogaça, suas palavras, marcadas pela generosidade característica dos gaúchos, muito me emocionam. Eu temo que possa haver uma consequência grave, não dentro das nossas fronteiras: temo sinceramente - e vou deixar aqui este grito de alerta - que o Banco Mundial, que periodicamente concede financiamentos ao Brasil para a educação, cesse essa ajuda, porque o País não cumpre o artigo da Constituição determinando a destinação de um mínimo da receita de impostos para a educação. Na área dos municípios, o art. 35 nem sempre é cumprido, e nunca houve um caso de intervenção.

Senador José Fogaça, por três vezes, incluí no Orçamento da República Federativa do Brasil um artigo com uma verba para que o Ministério da Educação realizasse no Brasil o que os Estados Unidos, vários países da Europa e o Japão realizaram não uma vez, mas mais de uma vez: uma avaliação do universo da educação brasileira, desde o jardim de infância até a universidade, com os seus cursos de mestrado e de doutorado.

Nobre Senador José Fogaça e demais companheiros que me honram com a sua atenção - fico profundamente emocionado e também preocupado. O Banco Mundial vai continuar a conceder empréstimos, financiamentos a longo prazo para o Brasil, se não cumprimos o texto da Constituição, se não cumprimos o Orçamento que inclui essa verba para avaliação?

Essa idéia de avaliação não partiu de mim; não sou educador, mas apenas lutador da causa da educação. Eu me inspirei no exemplo da maior potência deste planeta, Estados Unidos da América. Quando era Presidente da República Ronald Reagan, e, foi tomada a decisão, inspirada pelo Secretário da Educação, Professor Bell, para realização de uma avaliação da educação norte-americana. O resultado foi traumatizante: a solenidade em que foram divulgados os resultados dessa avaliação aconteceu no Oval Office, que é a parte nobre da Casa Branca; no dia seguinte, foi manchete de primeira página em todos os jornais. No dia dessa reunião, esses resultados foram divulgados no horário nobre de todas as estações de rádio e televisão, e receberam no relatório final o título de *A Nation at Risk* – uma nação em perigo.

Para os senadores que chegaram aqui mais recentemente, vou fazer uma das revelações constantes dessa avaliação: se uma potência estrangeira quisesse armar um dispositivo com o objetivo de liquidar os Estados Unidos como nação independente, não conseguiria elaborar nenhum mecanismo tão eficiente para atingir essa finalidade quanto o atual sistema educacional norte-americano. Essa avaliação – que tentei em vão, três vezes, realizar no Brasil – traumatizou o povo americano, que se mobilizou. Foi feito um esforço nacional, e dois anos depois foi lançado um outro livro: *A Nação Responde*, mostrando tudo que os Estados Unidos fizeram para não continuar com essas graves deficiências no seu sistema educacional. Um dos detalhes é muito significativo: ficou apurado que recrutas do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América não conseguiram entender o texto do livro de instruções para utilização de armamentos.

O que adiantou? Está tudo documentado: a minha emenda, a aprovação da emenda, a inclusão no Orçamento e a não-utilização do dinheiro.

**O Sr. Ronan Tito** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** – Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Ronan Tito, que foi o único homem público deste País que incluiu na sua plataforma de candidato a governador do seu Estado o compromisso de destinar 50% da receita de impostos estaduais para a educação. Superou apenas em 15% a proeza da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul.

**O Sr. Ronan Tito** – Nobre Senador João Calmon, quando apresentei minha plataforma, em Minas Gerais, como candidato a candidato ao Governo do Estado, perguntou-me um jornalista: "Mas o senhor será capaz de gastar 50% do Orçamento na educação?" Respondi: "Gastar não: investir. Agora, se for necessário, gastaremos mais. O que não podemos permitir é que, no final do século XX, no Estado das Minas Gerais, de tantas tradições, possa existir uma criança em idade escolar, uma só criança fora da escola de primeiro grau. Nenhuma!" Mas, Senador João Calmon, V. Exª quando se refere à educação – desculpe-me pois vou usar um termo da juventude – começo a viajar. Viajar no tempo, e fico aqui me lembrando. Outro dia, estava vendo uma referência na televisão, num programa de reportagem muito interessante, em que se falava em Pearl Harbour. E que Pearl Harbour teria assustado os Estados Unidos da América do Norte. E muitos afoitos hoje ficam falando no milagre japonês. V. Exª sabe tanto quanto eu que o milagre japonês começou em 1850, ou não foi?

**O SR. JOÃO CALMON** – Foi com o imperador Mutsuô, da dinastia Meiji.

**O Sr. Ronan Tito** – Determinou que se deveria aplicar 50% do Orçamento durante cinquenta anos na educação.

**O SR. JOÃO CALMON** – Exatamente.

**O Sr. Ronan Tito** – Foi só isso. O milagre japonês não começou a acontecer em 1948, mas em 1853. É isso. Não há milagre.

Ainda agora assistimos, pela televisão, a esse grande, extraordinário, economista inglês, que ganhou o Prêmio Nobel de Economia, anunciar que dominará o Terceiro Milênio aquele que tiver informação e energia. Informação é tecnologia, educação. Como é que vamos chegar a **high tec** se não conseguimos colocar no curso primário as nossas crianças.

Qual é o maior patrimônio de um País? No Brasil ficamos muitos anos dizendo que este era um País de riquezas extraordinárias, inesgotáveis no seu solo e subsolo. A riqueza maior do brasileiro é o brasileiro. A maior riqueza do Brasil, o maior patrimônio, são os 150 milhões de brasileiros. Mas, como tratamos os nossos irmãos brasileiros?

Há pouco tempo li uma estatística – os americanos gostam muito de estatísticas –, onde dizia que em cada 1 milhão de pessoas, do mundo todo, não importa a cor, o formato do olho ou da cabeça, existe um gênio. Em cada 1 milhão de negros existe um gênio, em cada 1 milhão de amarelos existe um gênio, em cada 1 milhão de índios existe um gênio. Mas quantos gênios o Brasil tem jogado na lata de lixo? Sabem por quê? O gênio, normalmente, surge no 2º grau, conforme revela essa própria estatística. E Albert Einstein revelou-se o grande matemático, o grande calculador, no 2º grau. No 1º grau ele era tido como um aluno desleixado.

Pergunto a V. Exª: quantos gênios o Brasil joga na sua cesta de lixo por não cumprir um preceito constitucional?

Nobre Senador João Calmon, creio que a Constituição deveria ser como a Bíblia para o cristão. Para nós brasileiros, *mutatis mutandis*, a Constituição deveria ser para nós como a Bíblia é para o cristão. Acabou, está escrito: "Maktub".

Ao mesmo tempo que em parabênz V. Exª por ter colocado 18% para a educação, após 20 e tantos anos de luta, por entronizar na Constituição esse preceito, acho uma isso vergonha. Por quê? Porque precisou colocar. Mas vergonha muito maior é não cumprir, é descumprir. Vergonha das vergonhas.

**O SR. JOÃO CALMON** – Ou reduzir o percentual

**O SR. Ronan Tito** – Sob qualquer pretexto.

Ainda agora, eu conversava com V. Exª – nós temos conversado muito sobre educação. Esta CPI, da qual V. Exª e eu participamos, não provoca o mínimo interesse, nem dos parlamentares e nem da imprensa. Por quê? Porque se fala de alguma coisa em torno de 80 bilhões de dólares de sonegação por ano, todo ano. Isso não nos interessa. E depois, mexer-se no vespeiro é mexer com a elite brasileira, com aqueles que recebem o imposto do consumidor, mas esquecem de levar o dinheiro e entregá-lo na Exatária.

Veja, Senador João Calmon, as coisas, no Brasil, se passam de maneira muito interessante, sempre. O Brasil é um país psicodélico. Não foi só Mário de Andrade que descobriu isso, não. Nós redescobrimos isso a cada dia. A inversão de valores é total, é absoluta. V. Exª tem toda a razão quando afirma que, desde 1988, há um preceito constitucional obrigando a colocar 18% dos recursos do Tesouro na educação. Quantas vezes nós cumprimos a Constituição? Quantas? Nenhuma. E o que aconteceu, Senador?

**O SR. JOÃO CALMON** – Todo ano esse preceito constitucional é violado, o Tribunal de Contas denuncia a este Congresso e não acontece nada.

**O SR. Ronan Tito** – Mas este escândalo, verdadeiramente, não traz "íbope". Não traz. Principalmente, se nós lembrarmos, agora, pode até trazer alguma motivação para alguns, agora, às vésperas de eleição pode motivar.

Mas Senador João Calmon, triste deste País. Fico pensando: que desprezo temos com a nossa mais rica matéria-prima – a criança! Como é que vamos construir o futuro deste País se não investirmos na cabeça da criança? Como? Mas como, Senador João Calmon? É trágico! "É trágico porque é óbvio, é óbvio e não é praticado." Quem disse isso foi Ulysses Guimarães. É óbvio que a educação precisa de recursos, é óbvio que se precisa cumprir a Constituição, que não é respeitada. É trágico. A nossa solidariedade, Senador João Calmon.

**O SR. JOÃO CALMON** – Obrigado, nobre Senador Ronan Tito.

Sou uma pessoa teimosa, perseverante, não vou desanimar, vou continuar na luta até o último alento de vida, mas, em certos momentos, outro qualquer teria a tentação de desistir.

Senador Ronan Tito, nós ouvimos daquela tribuna, há poucas semanas, o Ministro Fernando Henrique Cardoso fazer revelações que não foram divulgadas, que fariam traumatizar o povo de qualquer outro país. Ali, daquela Tribuna! Já saiu o texto integral no **Diário do Congresso Nacional**.

Dizia-se, à época do processo de **impeachment**, do Presidente Fernando Collor, que no Brasil havia um milhão de contas fantasmas nos bancos. Repito: um milhão. E o Ministro da Fazenda, com a autoridade do seu cargo, retificou: "Não há um milhão de contas fantasmas nos bancos brasileiros, há dez milhões". E mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – A Presidência solicita ao nobre Senador que conclua o seu pronunciamento, pois seu tempo está esgotado em mais de 20 minutos.

Há várias matérias sujeitas à votação e a Mesa quer iniciar a Ordem do Dia, aproveitando o **quorum** existente, de 50 Senadores no plenário.

**O SR. JOÃO CALMON** – Mais um detalhe, revelado pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso.

A CPI presidida por essa extraordinária figura, Senador Ronan Tito, pediu informações à FEBRABAN – Federação Brasileira das Associações de Bancos – e veio a resposta: há nos bancos brasileiros 80 milhões de CPFs e CGCs. Repeti isso no Plenário do Congresso Nacional. Isso deveria merecer manchete nos jornais, em primeira página e nas capas de revistas. É um grito de alarma! Aí está o dinheiro para a educação, porque é o dinheiro sonogado, que não é carregado para os cofres públicos. Não deve haver esse golpe nefando, que reduz os percentuais insuficientes para a educação.

**O Sr. Ronan Tito** – Permite-me um aparte, nobre Senador?

**O SR. JOÃO CALMON** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. Ronan Tito** – Senador João Calmon, são 80 milhões de CPFs e CGCs e apenas 7 milhões de inscritos na Receita Federal. Desses 7 milhões nem todos pagam impostos!

**O SR. JOÃO CALMON** – O Ministro Fernando Henrique Cardoso disse que se fala em paraísos fiscais existentes no Caribe e na Suíça. Todavia, temos, dentro das nossas fronteiras, dezenas de paraísos fiscais. Nada ocorreu depois dessa declaração. A matéria não foi sequer amplamente divulgada pela imprensa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Calmon, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. João Calmon, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.*

**O SR. DIRCEU CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Deseja V. Ex<sup>a</sup> fazer uma breve comunicação?

**O SR. DIRCEU CARNEIRO** – Não, Sr. Presidente. Desejo fazer uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. DIRCEU CARNEIRO** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero referir-me a um projeto de resolução que está na Mesa do Senado há meses, sem receber deliberação. Trata-se do projeto referente à estrutura de organização da Secretaria do Mercosul.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é um órgão importante para o Congresso Nacional, pois se trata de assunto da maior relevância e que terá profunda repercussão na sociedade brasileira, ou seja, a integração dos quatro países – Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Sou Secretário-Geral da Comissão e tenho enfrentado enormes dificuldades para executar os trabalhos de responsabilidade da Secretaria, porque a mesma não tem estrutura para isso. Quem mantém essa Secretaria é o meu gabinete, o gabinete dos Senadores, e não temos uma estrutura adequada para assumir responsabilidades, por exemplo, relativas ao banco de dados, relativas à distribuição das informações. Os Parlamentares da Comissão têm tido dificuldades em obter informações devido à falta de estrutura.

Já conversei com diversos Senadores da Mesa e não encontrei justificativa alguma para que essa matéria não seja deliberada, o que está prejudicando o desempenho e a responsabilidade dos Parlamentares pertencentes à Comissão em relação aos compromissos que assume de natureza internacional.

De modo que, Sr. Presidente, não posso me conformar com essa demora da Mesa do Senado em não apreciar essa matéria. Quero deixar publicamente registrada a minha inconformidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – A Presidência informa ao nobre Senador Dirceu Carneiro que o projeto foi distribuído ao Senador Nelson Wedekin, para apresentar o seu parecer e que vai interceder junto a S. Ex<sup>a</sup> para que antecipe a apresentação do parecer nas próximas reuniões da Mesa Diretora, a fim de decidir a respeito dessa importante matéria.

*O Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1ª Secretária.

É lido e aprovado o seguinte:

Excelentíssimo Senhor Senador Humberto Lucena  
Digníssimo Presidente do Senado Federal

#### REQUERIMENTO Nº 105, DE 1994

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup> nos termos do artigo 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam considerados como li-

cença os dias 10, 11, 16 17, 18, 21 e 25 de fevereiro do corrente ano, quando estive afastado dos trabalhos da Casa.

Senador **João Rocha**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Será concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 106, DE 1994

Requeiro, nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado como Licença Autorizada, os dias 04, 07, 10, 11, 16, 17, 18 e 21 de fevereiro/94

Sala das Sessões, 1º de março de 1994.

Senadora **Júnia Marise**

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Será concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, Projeto de Lei que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1º Secretária.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 1994

**Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisitado indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, alterado o inciso II, acrescido de § 2º e renumerado o parágrafo único para § 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.121 .....

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores e ao regime de visitas como forma de assistência em benefício da prole;

§ 1º .....

§ 2º Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges regularão a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com a sua guarda, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, repartição das férias escolares e dias festivos."

Art. 2º O inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869/73, referida no artigo anterior, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 888. ....

VI – a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visitas, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, bem assim repartição das férias escolares e dias festivos, como forma de assistência em benefício da prole;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O projeto de lei em epígrafe, que ora submetemos à elevada apreciação do Congresso Nacional, tem como finalidade incluir, na lei processual civil, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, logo em seguida à disposição sobre a guarda dos mesmos, como requisito indispensável à petição de separação consensual, objeto do Capítulo III do Título II referente aos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária – Livro IV do Código de Processo Civil.

Trata-se de proposta de elevado interesse público e de grande alcance social, porquanto se refere a menores que, a despeito da separação dos pais e das consequências sobre eles recaídas em razão desse acontecimento, precisam da presença efetiva e estável dos dois genitores para que neles se concretizem um desenvolvimento biopsicossocial normal e uma formação moral adequada.

Na ausência do dispositivo proposto, a matéria, muita vez mal definida, tem sido objeto de inúmeras lides e incidentes processuais advindos, posteriormente à concretização do procedimento, em detrimento dos menores, cujo interesse deve ser priorizado, e, bem assim, em prejuízo do bom andamento do processo, em função dos novos apelos, decorrentes da falta de regulamentação ou regulamentação inadequada, ou imprecisa, a abarrotarem de petições a Justiça brasileira, já por demais sobrecarregada.

A propósito, manifestou-se o renomado jurista Washington de Barros Monteiro (in Curso de Direito Civil, vol. 2, São Paulo, Editora Saraiva, 26ª edição, 1988, pp. 211):

"Conquanto omissa a lei adjetiva, será prudente ajustar-se o regime de visitas, inclusive de repartição das férias escolares e dias festivos. Uma regulamentação adequada evitará, provavelmente, litígios futuros, a dano dos menores."

A tese sustentada justifica a adaptação, à proposta apresentada, do art. 888, inciso VII, do mesmo diploma legal, correspondente a medida provisional constante do Capítulo II – Dos procedimentos cautelares específicos, Livro III – Do Processo Cautelar.

Em face do exposto, contamos com o endosso dos ilustres Pares no Congresso Nacional para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 1º de março de 1994. – Senador **Júlio Campos**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

#### SEÇÃO XV

#### De Outras Medidas Provisionais

Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:

I – obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida;

II – a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos;

III – a posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento;

\* Vide art. 39 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

IV – o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais;

V – o depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral;

VI – o afastamento temporário de um dos cônjuges da moradia do casal;

\* Vide art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

VII – a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita;

VIII – a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público.

Art. 889. Na aplicação das medidas enumeradas no artigo antecedente observar-se-á o procedimento estabelecido nos arts. 801 a 803.

Parágrafo único. Em caso de urgência, o juiz poderá autorizar ou ordenar as medidas, sem audiência do requerido.

Art. 1.121. A petição, instruída com a certidão de casamento e o contrato antenupcial se houver, conterá:

I – a descrição dos bens do casal e a respectiva partilha;

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores;

III – o valor da contribuição para criar e educar os filhos;

IV – a pensão alimentícia do marido à mulher, se esta não possuir bens suficientes para se manter.

\* Vide Código Civil, arts. 315, III, 318, 325 e 389.

\* Vide art. 5º, I da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta, depois de homologada a separação consensual, na forma estabelecida neste Livro, Título, Capítulo IX.

**SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 107, DE 1994

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, para o Ofício nº S/130, de 1993 (nº 414/93, na origem), solicitando autorização para que o Estado do Tocantins possa contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor equivalente a oitenta e sete milhões de dólares norte-americanos, para os fins que especifica.

Sala das Sessões, 1º março de 1994. – **Mauro Benevides – Magno Bacelar – Irapuan Costa Júnior – Affonso Camargo – Marco Maciel – Jonas Pinheiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 861/94, de 24 do corrente, proposta de retificação da Resolução nº 17, de 1994, a fim de tornar possível ao Governo do Estado do Mato Grosso resgatar toda sua dívida vencida em 15 de fevereiro do corrente ano, que será lido pela Srª 1ª Secretária.

É lido o seguinte:

PRES1-94/0861

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 1994

Do: Presidente

Ao: Excelentíssimo Senhor Senador Humberto Lucena  
DD. Presidente do Senado Federal

Referimo-nos à Resolução nº 17, de 8-2-94, dessa Casa do Congresso, que autorizou o Governo do Estado do Mato Grosso a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, títulos (LFTE-MT) destinados ao giro de sua dívida mobiliária interna vencível no 1º semestre de 1994.

2. A propósito, quando do recebimento do cronograma de colocação dos títulos a serem substituídos enviado pelo Estado, bem como da elaboração do Parecer DEDIP/DIAFE-93/986, de 6-12-93, foi estabelecido, inadvertidamente, como data de colocação, bem como data-base, o dia 15-2-94, para os títulos vencidos nessa data. Contudo, sendo esse dia feriado, o giro foi deslocado para o primeiro dia útil seguinte, no caso, dia 16-2-94, já que o SELIC aceita colocações apenas em dias úteis.

3. Considerando que a não alteração da data-base e de colocação impediria o registro no SELIC, e obrigaria o emissor, já autorizado a efetuar a rolagem, a resgatar toda sua dívida vencida em 15-2-94, este Banco Central houve por bem autorizar o registro dos títulos com a devida mudança, alterando o cronograma de colocação para:

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
16-2-94	15-2-95	640364	16-2-94
16-2-94	15-5-95	640453	16-2-94
16-2-94	15-8-95	640545	16-2-94
16-2-94	15-11-95	640637	16-2-94
16-2-94	15-2-95	640729	16-2-94

4. Sendo assim, solicitamos a V. Exª o obséquio de republicar a Resolução autorizativa, com a retificação necessária.

Atenciosamente, **Pedro Sampaio Malan** – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as providências necessárias à republicação da Resolução nº 17, de 1994.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.451, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1991 (que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1992) com o de nº 233, de 1993, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

Votação do requerimento em turno único.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 5/91, 233/93 e o Projeto de Lei do Senado nº 20/92, passam a tramitar em conjunto.

##### **O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Item 2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 17, de 1994, do Senador Almir Gabriel, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de

Lei do Senado nºs 97 e 165, de 1992, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

**O SR. RONAN TITO** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro que os processos, após a junção dos mesmos, sejam remetidos para apreciação à Comissão de Assuntos Econômicos, por trazerem inovações que verdadeiramente afetam a economia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A sugestão de V. Exª será devidamente atendida.

Votação do requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nº 97 e 165, de 1992, passam a tramitar em conjunto e serão apreciados pelas comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – **Item 3:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 1994, do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1994, com o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1992, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Sr. Presidente, desejo discutir essa matéria, se V. Exª permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Se V. Exª permite, a matéria não está em discussão. Trata-se de um simples requerimento, para que dois projetos que dizem respeito ao mesmo assunto possam tramitar em conjunto. De modo que não há sequer encaminhamento de votação.

Quando se tratar da discussão, acredito que o Plenário terá muito interesse em ouvir as considerações de V. Exª

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – (PMDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há detalhes interessantes que devemos observar e que vou procurar dizer, em poucas palavras, a V. Exª

Muitas vezes um projeto é estudado nesta Casa, coincidindo com a matéria existente e tratando por igual do mesmo tema na Câmara dos Deputados. Nossa matéria vai para a outra Casa; ao chegar lá, arranja-se um jeito de arquivar, de anexar, anulando-se a iniciativa do Senado, que passa a se conter num outro projeto e a condição do Senado se altera sobremaneira, porque a última palavra sobre o assunto passa a ser da Câmara dos Deputados.

Agora mesmo isso está acontecendo, por exemplo, com relação a cartórios. Saiu uma matéria daqui, foi para lá e ao retornar, volta uma matéria diferente, de iniciativa do Poder Executivo, mas contendo a daqui. De tal sorte que o rito processual, o rito legislativo, torna-se devidamente alterado.

Não posso votar essa matéria, porque esse é um assunto clamoroso e não sei qual o resultado dessa anexação. Estou aqui vigilante para não permitir o assalto a um bem público; não quero permitir que o Banco do Brasil, que é do povo, sofra alguma coisa sem um exame mais profundo por parte da minha consciência. Trata-se de uma mera anexação, mas não quero votar, Sr. Presidente, se não tiver plena consciência do que estarei fazendo nesta hora. Tenho que examinar os dois projetos, saber se, realmente,

devem tramitar em conjunto, porque começo por contestar a natureza do decreto legislativo exatamente para esse fim. Um projeto é de 92, o outro é de 94. Esse assunto merece muita meditação, muito exame, de tal sorte que, com o máximo respeito à Presidência, vou encerrar a minha fala, mas pedindo que consigne a minha total abstenção nessa matéria.

Não tenho condições de votar essa anexação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Não houve questão de ordem. V. Exª falará em seguida.

As considerações de V. Exª, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, ficarão nos Anais.

Realmente, esse Projeto de Decreto Legislativo nº 4 tem criado, não só junto aos servidores do Banco do Brasil, mas também em outras áreas, um verdadeiro clamor.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Exatamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esse projeto de decreto legislativo não pode ser aprovado nas condições em que está redigido. Tendo em vista o processo legislativo consagrado na Constituição, na hipótese de o Projeto de Decreto Legislativo nº 4 ser emendado ou sofrer um substitutivo, iria para a Câmara que poderia derrubar, realmente, o projeto do Senado.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Inverte-se inteiramente a ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O nobre Senador Esperidião Amin, que é autor de projeto semelhante, solicita que as duas matérias tramitem em conjunto. O ideal seria – não quero me antecipar, porque estou na Presidência – rejeitar esse Projeto de Decreto Legislativo nº 4, que chegou aqui procedente da Câmara, examinar e votar separadamente o projeto do nobre Senador Esperidião Amin e mandá-lo.

Entretanto, meu nobre Colega, estou diante de uma realidade fática: o nobre Senador Esperidião Amin, autor do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1992, tomou a iniciativa de requerer a tramitação conjunta – S. Exª deve ter razões para isso.

E já que V. Exª se pronunciou e tendo em vista o desejo do nobre Senador Esperidião Amin de usar da palavra, concedo-a a S. Exª

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Sr. Presidente, antes do Senador Esperidião Amin se pronunciar, com a permissão de S. Exª, gostaria apenas de dizer que...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – A palavra está concedida a quem, Sr. Presidente?

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Sr. Presidente, eu ainda não havia encerrado e pediria a gentileza do Senador Esperidião Amin para que conclua a minha intervenção, explicando que não fiz questão de ordem e que apenas não quero votar essa matéria sem que tenha plena consciência. No caso de ela ser votada, que conste a minha posição como abstenção, por causa da questão processual legislativa que eu quero examinar.

Não entrei no mérito nem de um decreto legislativo nem do outro, nem do proposto pelo Senado nem do proposto pela Câmara. Apenas quero o direito de examinar com calma.

Que conste a minha abstenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PPR – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho não interpôs uma questão de ordem, eu o faria, porque S. Ex<sup>a</sup> externou juízo de valor a respeito do assunto.

Em primeiro lugar, quero deixar muito claro que não considero o Decreto Legislativo nº 4/94 um escândalo.

Considero um escândalo, sim, a reação burra, amedrontadora, que setores ligados ao Banco do Brasil proclamaram. Foi o escândalo que não houve. Muito bem interpretado pelo articulista Jânio de Freitas em artigo cuja transcrição já requeri, publicado na **Folha de S. Paulo**, no dia 11 de fevereiro deste ano, que elimina a avaliação de quem queira examinar com cuidado – qualquer escândalo, *porque faz uma coisa que o Senador Cid Sabóia de Carvalho sabe fazer, ler em português.*

O Decreto Legislativo que veio da Câmara susta – ninguém melhor do que os nossos filólogos para demonstrar o que seja sustar. Mas isso é o mérito da questão.

Em primeiro lugar, quero apenas que fique bem claro que não considero o Decreto Legislativo nº 4/94 um escândalo. Considero um escândalo, sim, a algaravia, a babel corporativista anti-agricultura que setores ligados ao cerne do corporativismo e do sistema financeiro brasileiro proclamaram, da maneira mais estúpida e com a receptividade mais estúpida que já vi. E falo isso com a serenidade de quem não tem um palmo de terra para plantar. Não posso ser suspeito de beneficiamento dessa situação, como tentaram fazer com que se pensasse, tentativa aqui desmascarada pelo Senador Ronan Tito, na última quinta-feira, e na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Decreto Legislativo nº 4/94, se for uma loucura, é uma loucura santa – santa e benfazeja.

Quanto ao meu Projeto de Decreto Legislativo, ele não é semelhante, mas trata de matéria correlata, trata de uma exorbitância. O Conselho Monetário Nacional exorbitou, estabeleceu um mecanismo de correção incompetentemente, legislou suprimindo uma atribuição que é do Congresso Nacional, é matéria típica de decreto legislativo. Nem vou invocar, só referir que o meu Projeto de Decreto Legislativo já tem parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas foi preciso uma "loucura santa" para desencalhar a indiferença – não deste Governo, quero ser justo – da tradição do Governo brasileiro em relação à questão agrícola.

Ao pedir a tramitação conjunta, primeiro, cumpro um dispositivo de racionalidade – antes de ser dispositivo regimental, é da racionalidade. Uma matéria aprovada na Câmara, correlata, conexa, com uma que está tramitando aqui desde 1992, tem que tramitar em conjunto!

O Governo ainda articulou – e não tenho nada contra, é uma manobra regimental pertinente – que antes de ir para a Comissão de Assuntos Econômicos tramite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não há problema nenhum. Só espero que não se faça com este novo indivíduo – que é a mistura ou a composição do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/94 com o de nº 50/92 – a mesma coisa que foi feito com o meu. Com o meu "sentaram em cima", ou seja, "barrigaram". Como, no mérito, ele é inatacável e não há nada para denunciar, pois não apareceu nenhum empréstimo para alguma propriedade rural minha, então, o jeito que encontraram foi "sentar em cima". Isso não pode acontecer, também quero que haja uma decisão. Estou de acordo com o Senador Cid Sabóia de Carvalho, quero que esta Casa decida. Não estou pedindo urgência. Se eu tivesse pedindo urgência, a fim de ser decidido em cinco dias, aí eu estaria conspirando contra a análise. Só penso

que ficar "barrigando" durante dois anos é uma indecência. Agora, urgência, ainda não.

*Mas vou estabelecer com os senhores o seguinte: um mês para a tramitação do projeto. Não é razoável? Agora, vamos decidir, analisar, procurar o meio termo, um acordo; o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Presidente do Banco do Brasil já vieram a esta Casa, com ímpeto, procurando acordo. Vamos procurar o meio termo, o termo de equilíbrio, analisando as duas matérias. Uma delas, considero um libelo necessário, é o Projeto de Lei nº 04/94; e o de nº 50/92 é racional, mas não o defendo como tema definitivo. Tais projetos são instrumentos para um acordo justo. Se não houvesse um nem outro, uma banana de acordo é que se conseguiria. Uma banana e, provavelmente, só com casca, que era para escorregar e alguém cair.*

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** – Sr. Presidente, sei que esse é um tipo de indicação que não deve merecer discussão, mas gostaria de saber apenas se posso manifestar minha opinião antes da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A Mesa sempre tem procurado agir com determinada liberalidade, mesmo porque o essencial é que os Srs. Senadores votem com consciência de causa.

O nobre Líder José Fogaça pediu a palavra para fazer ligeiras apreciações sobre a matéria. Concedo, portanto, a palavra ao nobre Senador José Fogaça e, logo após, V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra, Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB –RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a sua liberalidade e tolerância. Não há nenhuma dúvida que esta é uma matéria natural, do ponto de vista do Regimento, portanto, nós votaremos a favor, sem dúvida alguma. Pedi a palavra apenas para fazer o registro de que este assunto, este tema, trazido pelo decreto legislativo, de autoria do Senador Esperidião Amin, e que passa a tramitar em conjunto com Decreto Legislativo de 04/94, merece uma consideração séria, consistente, uma análise muito ponderada para que possamos produzir aqui, no Senado, uma negociação entre as partes – Governo, Banco do Brasil, agricultores, Senado – e dar uma demonstração de maturidade política do Senado Federal.

Recebi na semana passada pedidos de que aprovássemos o decreto legislativo assim como veio para dar um poder de barganha, para derrubar a queda de braço do Banco do Brasil. Não; não devemos nos prestar ao papel de pôr de joelhos o Banco do Brasil, mas também não queremos aqui ser algozes dos agricultores, mesmo que se saiba que 80% das inadimplências ou dos casos que seriam beneficiados com essa sustação são de grandes agricultores. Mas isso não importa, porque grande agricultor também sofre, também gera riqueza e também melhora a vida dos brasileiros.

**O Sr. Mansueto De Lavor** – Esta estatística está distorcida, Senador.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Esta estatística é do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.



**O Sr. Mansueto De Lavor** – É falsa.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Quem me trouxe essa estatística foi o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Sinal Guazzelli.

**O Sr. Esperidião Amin** – Nobre Senador, essa estatística da Agricultura não pode ser aceita mansa e pacificamente.

**O Sr. Mansueto De Lavor** – Ela é distorcida.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Veja, Sr. Presidente, não sei se neste caso cabe ...

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Pediria aos nobres colegas que não apartassem, pois estou fazendo uma exceção.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não quero desrespeitar as opiniões dos Senadores Mansueto de Lavor e Esperidião Amin, mas, ao mesmo tempo, também não queria desrespeitar o Regimento.

De qualquer modo, Sr. Presidente, apenas para fazer este registro. Cabe a nós Senadores, com espírito desarmado, negociar e produzir o consenso nesta questão. Se o Senado produzir esse resultado, crescerá no seu prestígio junto à opinião pública deste País.

Portanto, votaremos, evidentemente, a favor, mas dentro dessa perspectiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quero entrar no cerne desta discussão porque creio que o momento não é oportuno; não estamos discutindo o mérito das duas providências legislativas. Apenas quero manifestar a minha opinião contrária, embora regimentalmente seja viável, mas a oportunidade não determina que haja essa junção dos dois projetos para tramitação conjunta.

Por essa razão, sou contra a tramitação conjunta porque penso, inclusive, que a proposta do Senador Esperidião Amin deveria ser levada em consideração em separado, tendo uma tramitação rápida. O nosso problema é exatamente este: quando a iniciativa é do Legislativo a tramitação é muito lenta, quando vem da Câmara nós procuramos dar uma tramitação mais rápida. A proposta do Senador Esperidião Amin foi anterior àquela proposta que veio da Câmara dos Deputados.

Então, por essa razão, considero que aqui, neste momento, nós não deveríamos votar para que houvesse essa tramitação conjunta.

Meu voto será contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O requerimento destina-se apenas para que haja tramitação conjunta das duas matérias.

Há a manifestação do Senador Cid Sabóia de Carvalho pela abstenção, há manifestação do Senador Jutahy Magalhães, que é contrário a esta tramitação conjunta.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 50/92 e 04/94 passam a tramitar em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 107, de 1994, de Urgência lido no Expediente, para o Ofício nº S-130/93.

**O SR. RONAN TITO** – Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB – MG. Para um esclarecimento.) – Sr. Presidente, estou sem a cópia da Ordem do Dia, por isso indago sobre o que versa este requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Trata-se de requerimento lido no Expediente, referente a empréstimo. Será votado só um requerimento de urgência, como outros, da mesma natureza, já foram votados.

**O SR. RONAN TITO** – Agradeço o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia na segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra o nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antigamente nós falávamos aqui da tribuna, a Taquigrafia registrava e os jornais publicavam. Agora, os jornais produzem artigos, fabricam os fatos e nós os comentamos aqui. Não gosto muito da inversão não, mas não quero ficar *démodé*. Por isso, vou entrar um pouquinho na onda.

Sr. Presidente, li ainda há pouco que o marido da Ministra havia escrito um bilhete para o chefe de Departamento para pagar uma conta do DNER com uma determinada empresa.

Interessante que eu estava na minha casa, com um diretor de uma empresa nacional que tem frente de serviço no exterior – ele é executivo, empregado da empresa – e ele me disse que nos Estados Unidos isso jamais aconteceria. Eu perguntei por quê. “Porque lá, quando se contrata um serviço, se paga”. Aqui no Brasil não se paga. Só isso. Aqui, o que se questiona é que o sujeito está pedindo pelo amor de Deus que se pague. Por amor de Deus, paguem à empresa que já prestou serviço!

Senador João Rocha, contarei algo a V. Exª, e é possível que V. Exª não acredite. Mas o farei, pedindo a V. Exª que, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, confira. Há no Amazonas uma hidrelétrica que gera 500 mil quilowatts/hora, há cinco anos e meio. A proprietária dessa usina revende o quilowatt/hora e recebe, todo final de mês, quantia correspondente ao quilowatt/hora. Quando o usuário não paga até o dia 5 do mês subsequente eles cortam a energia.

Fiquei sabendo de uma coisa interessante: a empresa que construiu essa hidrelétrica, há seis anos, ainda não recebeu nem um centavo por esse trabalho. Mas isso não tem nenhuma importância porque, afinal de contas, são essas empreiteiras, empresas corruptas! De corrupção em corrupção construíram Itaipu, e o Governo, honesto, honrado, sério, não paga, dá o calote. E quando alguém pede para que se pague um débito atrasado dizem logo que é preciso tirar a Ministra, porque isso não é possível.

Não é possível cobrar do Governo que cumpra a sua obrigação? Ah! não, isso não! Isso é muito! Nessa inversão de valores que estamos vivendo atualmente isso é um absurdo. Normalmente, nas democracias, cuja história já estudei, o Legislativo cobra do Executivo. Por quê? Porque só ao Executivo cabe tomar a iniciativa de leis que criem despesas de até um centavo. Essa competência é privativa do Executivo. Aqui não, aqui o Executivo cobra do Legislativo.

Mário de Andrade, quando começou a analisar o Brasil, só caracterizou um tipo, *Macunaíma*, um mau caráter, protótipo do brasileiro. Todavia, o Brasil, de lá para cá, evoluiu muito, e Mário de Andrade deve ter dado cambalhotas no seu túmulo. Isso porque o Brasil agora, além de tudo, é um País psicodélico.

Nas outras democracias, o Presidente, no Regime Presidencialista, tomava as iniciativas. O Legislativo apreciava, discutia, votava e fiscalizava. Bom, dizem alguns, mas isso ocorre nesses países "atrasados", Japão, Estados Unidos, França. Aqui no Brasil, o Executivo ralha – não sei se no Rio Grande do Sul existe o termo ralha, Senador José Fogaça, quando a criança faz arte, o pai ralha com a criança – o Executivo ralha com o Legislativo.

**O Sr. José Fogaça** – Passa pito.

**O SR. RONAN TITO** – Passa pito, passa carraspana.

Mas nós não paramos aí. Brasil, terra de *Macunaíma*, País psicodélico.

Vejam os senhores: em 1948, os japoneses se reuniram em assembleias, discutiram e chegaram à conclusão que 100 anos depois do manifesto do Marx não mais prevalecia a luta de classes. Como havia anunciado Toynbee, o mundo agora era o grande mercado e a internacionalização não viria, como previu Marx, através do trabalho, viria através do capital, através do mercado, através da empresa. Toynbee preveniu, na década de 40: "A internacionalização virá pelo capital".

Marx errou. E o Japão fez a interação e disse: "Luta de classes, aqui, não, o que há é luta de mercado, vamos fazer interação: trabalhadores, empresários e Estado. Porque a briga está lá fora, com o mercado".

E continuamos com a luta de classes, aqui dentro.

É comum, Sr. Presidente, sindicato aqui no Brasil receber dinheiro de sindicato europeu, sob o pretexto de que é para montar escolas sindicais, para que o sindicato, por exemplo, através dos seus líderes, processe o Presidente do Banco do Brasil, que emprestou dinheiro para usina de açúcar no Nordeste.

Mas vamos examinar. Isso foi com o Presidente Alcir Calliari, que mandou verificar a operação. O usineiro tinha tradição de honrar os seus compromissos, deu garantia real, os juros estavam de acordo com a lei. Por que o processo? Até hoje, o Presidente Alcir Calliari não entendeu por que estava processado por emprestado dinheiro.

Vou explicar ao Presidente Alcir Calliari: o açúcar, na Europa, é subsidiado pelo Estado, em até 92% na Inglaterra. E se o Estado puder gastar algum dinheiro para diminuir a produção de açúcar do Brasil, que, sem subsídio nenhum, compete e arrasa com o açúcar europeu, vamos acabar com esses malandros. V. Ex.<sup>as</sup> já viram que conotação triste tem, por exemplo, a figura do usineiro, do empreiteiro?

Senador Teotônio Vilela Filho, tenho a impressão de que se eu padecesse de uma dessas doenças, preferiria ser diabético. No duro! Usineiro não é uma raça da pior espécie? Empreiteiro?! Pelo menos é isso que estamos construindo no nosso imaginário coletivo.

Falei que o Brasil é um país psicodélico. Vamos verificar isso. Nós temos a intenção, e essa intenção ficou manifesta na

Constituição de 1988, de construir um país capitalista. Um país capitalista que tem nojo do empresário, herói é o trabalhador.

Por mais que queiram, por mais esforço que façam, jamais verei, no trabalhador, a figura do traidor da pátria, jamais, embora eu seja empresário. Sabem por quê? Primeiro, sou daqueles que acredita seriamente que deve haver prevalência do trabalho sobre o capital. O trabalho tem que ser, verdadeiramente, mais protegido do que o capital, não tenho dúvida disso. Mas daí eu concluir que trabalhador é santo e que empresário é ladrão, fica difícil.

Ou fica difícil ou vamos partir logo para o capitalismo de Estado, porque aí o grande vilão será o Estado, ou senão para o comunismo, que não deu certo na Rússia, mas pode dar certo aqui, quem sabe? Sessenta e poucos anos de experiência não deram muito resultado lá, mas podem dar aqui. Não podemos é ficar nesse capitalismo com complexo, rotulando atividades e pessoas e, principalmente, nessa luta de classe, cantando hosiannas, aleluia, glória ao fracasso, tentando dizer que o sucesso é apenas uma fachada do fracasso.

Portanto, o empresário, quanto mais bem-sucedido, mais ladrão é. Não importa que ele pague seus funcionários, que contribua com os impostos, que faça uma competição externa correta, que leve os nossos produtos para o exterior, não adianta, ele já está rotulado.

Senador Gilberto Miranda, V. Ex.<sup>a</sup>, já ouvi mais de uma vez, é um empresário no Amazonas. Ainda ouvi um outro dia aqui um colega nosso, dizendo: "Olha, mas lá há incentivos fiscais". Foi V. Ex.<sup>a</sup> quem inventou os incentivos fiscais? Foi o Brasil que inventou os incentivos fiscais? Ou os incentivos fiscais são uma criação internacional justamente para estimular áreas deprimidas quanto ao desenvolvimento.

Aliás, o Amazonas é extraordinário: não se pode pescar, não se pode caçar, não se pode matar jacaré. Dar incentivo para indústria lá, mas quem põe indústria lá é o aproveitador. Aonde vamos parar? Aí, já sei. Lá não se pode derrubar, sequer, uma árvore. E quem fala isso e quem determina essas ordens é justamente quem já dizimou todas as suas florestas. A Inglaterra acabou com as suas florestas no século passado.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Minério também não se pode retirar.

**O SR. RONAN TITO** – Os Estados Unidos da América do Norte, em 1920, já não tinha nenhuma floresta natural.

Agora, temos que transformar o Amazonas, Senador Gilberto Miranda, num sacrário ecológico em que o jacaré pode comer a criança, mas nunca o homem poderá se alimentar do jacaré. Então, continuo na minha tese: o Brasil é um país psicodélico.

Vou dar um conselho, mas um conselho para todos aqui. Já estou na idade, Sr. Presidente, em que é permitido dar conselhos. E conselho tem uma vantagem muito grande, pois é igual a água, a gente oferece e aceita-se ou não, mas não machuca, não ofende.

Não se metam a fazer agricultura neste País, pelo amor de Deus! Não produzam nada, fazer agricultura neste País é crime. Ora, herói é o agente financeiro. Agora, se for fazer agricultura, não caia nunca no desatino de fazer uma grande agricultura, porque isso só pode ser extraordinário no exterior, no Brasil, é crime de lesa-pátria.

Gostaria de pedir a todos aqueles senhores que detestam a agricultura, o grande agricultor, que cantam ode, que cantam hosiannas aos agentes financeiros, que quando acabarem de comer arroz com feijão cuscam no prato, peguem o prato e falem que quem produziu foi um grande agricultor e dêem uma boa escarrada, mas não vá ao campo ver o sofrimento dele, ou se for vá em época de

eleição, peça meia dúzia de votos e vire as costas. Irrigar a terra com o suor do rosto é um negócio que cria problemas sérios.

Estava falando ainda há pouco em receber monetariamente por algum serviço que se presta a órgãos do Governo. Falava sobre o marido da Ministra dos Transportes, uma figura execrada e execranda, porque mandou um bilhete pedindo a uma chefe de departamento que pagasse por um serviço prestado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há algumas empresas que prestaram serviços ao Incra, como a construção de estradas vicinais, demarcação de lote. Valeria a pena colocar uma câmara escondida no gabinete do Presidente do Incra, para se ver como é que ele trata o empresário que prestou serviços para a reforma agrária. Mas, caros colegas, ele é intocável! O comunismo não deu certo na Rússia e o Sr. Osvaldo Russo acha que aqui no Brasil dará.

Já conversei com uma dezena de empresários que foram lá, receberam um trabalho, fizeram concorrência pública, edital, e que, agora, estão cometendo o grave desatino, o crime de querer receber deste Governo. É um absurdo! Se puser alguém para pedir que se pague a uma ou outra pessoa, aí, então, é preciso demitir os parentes.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Com prazer, ouço V. Exª

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Como sempre, aprecio os pronunciamentos de V. Exª, que pinta um quadro com cores bem fortes e, às vezes, faz até uma caricatura da realidade, mas sempre procurando mostrar a verdade daquilo que vem ocorrendo. V. Exª trata da questão dos empreiteiros, do direito de pedir para receber por aquilo que foi feito. V. Exª sabe o quanto custa ao País o fato de não se ter a certeza do recebimento no dia certo. Sabe quanto o preço é aumentado nas concorrências em virtude dessa certeza de que o seu trabalho não será remunerado no prazo correto?

**O SR. RONAN TITO** – Tenho a pretensão de achar que sei.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Então, V. Exª sabe que isso custa muito ao País. Há Governadores que, quando assumem, dizem que não vão pagar as dívidas do antecessor. Isso ocorreu na Bahia agora e, depois, ainda disse que conseguiu economizar muito para o Estado. Quer dizer, passa o calote, não se paga e, depois, ainda se vangloria disso, recebendo aplausos.

**O SR. RONAN TITO** – Vamos ver se entendi: quer dizer, há quatro anos o Estado era de outro.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Era de outro.

**O SR. RONAN TITO** – E, agora, o Estado é dele.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – O dinheiro não é do Estado, o dinheiro é do Governador.

**O SR. RONAN TITO** – Sei como é.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Inclusive, passa o dinheiro para a família, através de pagamento de publicidade. Isso também acontece. Mas, então, V. Exª referiu-se agora a um caso que está nos jornais a toda hora: estão condenando o marido da Ministra pelo fato de ter escrito um bilhete, quer dizer, ele foi inocente em escrever um bilhete. Era um pedido, porque quantos estão pedindo a cada dia para pagar e quantos, infelizmente, recebem na base de dar alguma comissão, passando na frente da fila. Agora, estamos responsabilizando um inocente, que não está acostumado, talvez, com isso, e fez o bilhete. Isso está errado, o marido da Ministra não tinha o direito de fazer uma coisa dessa, isso está errado. Está

sendo condenando pelo País afora, e acho que isso é hipocrisia. Tenha a paciência, mas isso é hipocrisia. Nós sabemos o que ocorre neste País a cada minuto.

Estou buscando informações a respeito do transporte de gás. V. Exª sabe quantos milhões de dólares foram jogados fora pelo País no transporte de gás? Não consegui ainda, mas espero receber as informações. Agora, o que isso representa para os cofres públicos? É não ter prioridade. Isso não é prioridade! Mas o bilhete do marido da Ministra é uma prioridade nacional. É um exemplo. Estamos aí dando um exemplo da ética, da moral na Administração Pública.

**O SR. RONAN TITO** – Senador, deixe-me interrompê-lo um pouco. V. Exª já observou que, no Brasil, só se fala em ética na política? Por que ética só na política? Sempre se vê, na imprensa, falar-se em ética na política. E o resto, não? É engraçado, não?

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Permita-me falar na obsessão que tenho até hoje na minha vida parlamentar. V. Exª está falando nos problemas que o Brasil tem em dar certos exemplos ao mundo. No Brasil, temos a concessão pública de canais de televisão e rádio e estamos dando um poder tal para essas emissoras que elas estão manipulando a opinião pública, o que é contra qualquer democracia do mundo.

**O SR. RONAN TITO** – De pleno acordo!

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Estamos aqui permitindo que se crie um poder nacional e poderes regionais através de famílias que têm o controle das emissoras de rádio e televisão para formar a opinião pública de acordo com o seu interesse político e econômico; e nós, através de concessões de rádios e tevês, a cada dia estamos aumentando mais esses poderes. No entanto, deveríamos acabar com isso. Esse fenômeno é nacional e também é regional. Em cada Estado, praticamente, tem alguém que controla os meios de comunicação. E como foi obtido esse controle? Através de quê? Senador Ronan Tito, quando V. Exª fala em agricultura, lembro que venho sempre dizendo que não temos política agrícola. Infelizmente, fala-se muito, discute-se muito, cada ano se fala nas dívidas da agricultura, tentam-se soluções para empurrar com a barriga esses dados, e nada se faz com vistas a uma política agrícola do interesse do agricultor. Apenas acho que, infelizmente, ao crédito agrícola têm acesso somente aqueles que têm melhores condições para chegar até lá, e por isso o pequeno agricultor e o médio agricultor, muitas vezes, ficam sem ter as condições de conseguir esse crédito agrícola. Quando falei em crédito subsidiado, V. Exª perguntou: "Quando houve esse crédito subsidiado?" Já houve, e aquelas políticas feitas através do crédito subsidiado – pelos menos hipoteticamente – procuravam fazer uma melhor distribuição fundiária neste País; mas, ao contrário, aumentaram a concentração de renda e a concentração fundiária, pela má aplicação e má gestão daquelas políticas. Por isso é que temos que fazer uma política agrícola voltada para o conjunto. Não condeno o grande produtor. Pelo contrário, o grande produtor tem a maior importância na economia deste País. É através do grande produtor que conseguimos recursos para exportar. Agora, o pequeno agricultor, mais facilmente do que o grande, traz a produção para a mesa de cada um de nós. Mas quero dizer que concordo até quando V. Exª faz a caricatura das realidades nacionais, e acho que V. Exª sempre traz para debate assuntos que mereceriam uma maior atenção, inclusive de todos nós.

**O SR. RONAN TITO** – Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Exª sabe a admiração que tenho pela sua atuação. Discordamos muitas vezes – graças a Deus! – mas sou obrigado a dar um testemunho: é muito difícil, quase impossível, vir a este plenário sem

encontrar V. Ex<sup>a</sup> atuando. É difícil e quase impossível ir a uma comissão de que V. Ex<sup>a</sup> faça parte, sem que V. Ex<sup>a</sup> lá esteja. Procuo imitar V. Ex<sup>a</sup> na assiduidade, na presença.

Agora, devo dizer-lhe que tenho uma maneira muito inteligente de ir levando a televisão, os jornais e o rádio, como está acontecendo, porque, em qualquer país civilizado do mundo, é proibido que o dono de uma cadeia de televisão seja dono de um jornal e, ao mesmo tempo, de uma rádio.

**Citizen Kane**, obra-prima de Orson Welles, foi uma denúncia do cinema norte-americano, mostrando aquele domínio. Há inclusive um determinado momento em que o cidadão Kane é provocado e diz: "Há guerra em Cuba". "Mas não tem guerra em Cuba." "Precisamos fazê-la" Isso ele mostra numa caricatura.

Mas V. Ex<sup>a</sup> diz que são usadas para interesses próprios. Vamos admitir um país que tenha isso, uma cadeia de rádio, jornais e televisão, um país pequeno, que não seja importante, em que, depois de muitos anos de ditadura, são apresentados ao povo candidatos a Presidente da República, e candidatos bons. E aí o que faz o cidadão Kane? Apresenta duas novelas: Sassá Mutema e o Herói de Avilã. E o Presidente da República? É o Herói de Avilã. O segundo turno não deu Sassá Mutema e Herói de Avilã? E quando teremos oportunidade de ter tão bons candidatos a Presidente da República como tivemos na última eleição? Difícilmente. E, aí, chorar para quem?

Tivemos Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Mário Covas, e tantos outros bons candidatos. O Sr. Leonel Brizola, por que não? Um político de larga militância no Brasil. Todos foram ignorados. Duas novelas e se fabrica um Presidente da República. Pronto.

Ah! Fulano, como diria Jader Barbalho, nunca administrou um carrinho de pipoca. Isso não tem a mínima importância! Administrar um País de 150 milhões de brasileiros, a 9<sup>a</sup> ou a 10<sup>a</sup> economia do mundo, isso não tem importância! Não tem experiência, nunca administrou carrinho de pipoca, mas nós vamos experimentar no Brasil. É só se falar um pouco etc. E o outro? Segundo as pessoas lá do seu Estado – aliás, um Estado muito pequeno –, qualquer prefeito do interior fez mais do que ele em seu Estado. Não, mas ele encarna a figura do herói de Avilã. Então, acabou!

McLuhan, em 1960, nos preveniu a todos: "Ao estabelecer uma rede de televisão, o imaginário é que vale, não é mais a realidade". No Brasil, a realidade é a novela. E como o esquerdismo... Veja! Um dia, já pensei que fosse esquerda. Tem um artigo do Rocard muito interessante, interessantíssimo: "Ou a esquerda se recicla, ou ela morre". Quem escreveu isso foi o Rocard, o Primeiro-Ministro do regime socialista francês.

Estamos repetindo os nossos discursos de 1960. Estamos pegando o rebotalho daquilo que não deu certo lá fora e colocando aqui nos nossos cargos. E quem ousar, neste momento, sintonizar o seu discurso e as suas propostas com desenvolvimento, esse é retrógrado. Progressista é aquele que abraça a doutrina que não deu certo.

Progresso, para mim, é a Europa Ocidental; retrocesso, para mim, é a Europa Oriental. Desculpe, mas esta é a leitura. Estive lá, Sr. Presidente, e quis visitar o muro, depois que foi derrubado. O País que teve a maior renda **per capita** no sistema comunista foi a Alemanha Oriental. Sabe o que estão fazendo em Berlim no momento? Rede de esgoto, água encanada, telefone e escola. É isso que estão fazendo lá, agora. E nós estamos com uma inveja desse povo que só vendo! Nós temos um complexo de não sermos comunistas.

Reforma agrária é muito importante, e reforma agrária só existe em país capitalista. Pelo amor de Deus, reforma agrária é in-

venção do capitalismo! Ou fazemos uma reforma agrária séria neste País ou não temos solução, mas colocamos no órgão mais importante deste País alguém que cria um impasse para que não se faça a reforma agrária. Agora, ele é candidato a deputado.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Senador, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Ouço, com prazer, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Nobre Senador Ronan Tito, são tantos os temas que V. Ex<sup>a</sup> aborda, da maior atualidade e da maior importância, que é difícil escolher um para comentar neste breve aparte. Mas poderia dizer o seguinte: no que se refere ao Incra, seria preciso entender, de uma vez por todas, que ele só cumprirá a sua finalidade quando, à sua frente, com o apoio das forças políticas majoritárias neste País, houver alguém que queira, realmente, fazer a reforma agrária...

**O SR. RONAN TITO** – Perfeito!

**O Sr. Mansueto de Lavor** – ... e não o discurso de uma facção ideológica superada e derrotada em todo o mundo. Para mim, essas pessoas que estão no Incra, hoje, são **tutti buona gente**. São pessoas excelentes, mas excelentes para ficar em diretórios do PPS, fazendo discurso nas assembleias ou nos grêmios estudantis.

**O SR. RONAN TITO** – O PPS é aquele partido que, de vergonha, mudou de nome?

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Não sei, não quis assumir a identidade. É como a URV, que se encabula de ser dolarização, mas é. Assim, o PPS é aquele que se encabulou de se dizer PCB e então inventou a sigla PPS. Não tenho nada a ver com isso. São nossos eventuais aliados no Estado. No entanto, para fazer reforma agrária, não dá. Sr. Líder do Governo, Senador Pedro Simon, é uma nulidade a presença do Sr. Russo no INCRA. Realmente, não fez nada, a não ser algumas denúncias...

**O SR. RONAN TITO** – Não é para fazer. Se fizer reforma agrária, ele acerta o capitalismo, e aí o capitalismo pode dar certo.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Claro! Sabe quem ia fazer a reforma agrária, se não tivesse havido o acidente? Marcos Freire.

**O SR. RONAN TITO** – Acredito.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Marcos Freire estava se constituindo na média do pensamento do País, estava procurando somar as forças políticas do País para conseguir avanços extraordinários. Mas esse Sr. Russo, faccioso, representando uma facção ideológica superada mundialmente e minoritária no País, o que faz? É uma contradição. Agora vou passar ao segundo assunto: é a mesma coisa, essa história dessa senhora, que merece todo o respeito, mas que saiu, não se sabe de onde, para ser Ministra dos Transportes.

**O SR. RONAN TITO** – Foi uma invenção política.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Como é que poderia dar certo essa invenção? Não falo nem do Ministro, mas da Ministra, que não pode ocupar esse cargo. Ela deveria ficar lá, na Noronha, trabalhando na Ponte Rio – Niterói. Isso é uma invenção que não pode dar certo. Assim como o Russo. É uma invenção. Quer-se colocar pimenta no Governo Itamar, que está muito direitista, e coloca-se um comunista lá no Incra, para não fazer absolutamente nada, e o País perde com isso. Agora é no Ministério dos Transportes. Não sei que charme foi, que atração foi, que inspiração foi, ninguém sabe de onde veio. Aí a Ministra trouxe o marido – e tinha que trazer, ela não podia se divorciar por ter sido indicada Mi-

nistra –, que é funcionário de uma empresa. Ora, o Governo, que é um pagador assíduo, que gosta de pagar em dia, tem débitos atrasadíssimos com essa empresa; e o marido, que era empregado – não da Ministra, não do Governo, mas dessa empresa –, tinha que defender os seus interesses. E daí? Agora início o terceiro assunto, e a principal abordagem que gostaria de fazer era sobre a questão da produção rural e do posicionamento do principal agente financiador da produção rural – por coincidência, o Banco do Brasil, que nós tanto queremos, defendendo sempre a sua permanência, sendo contrários a sua privatização. Mas não queremos que ele, em vez de ser o principal agente financeiro da produção agrícola – que é vital para a economia do País, necessária a que realmente possamos tomar uma posição –, torne-se agente da impostura que se quis fazer em todo o País depois da aprovação do decreto na Câmara, que hoje tramita no Senado. Essa foi a maior impostura de comunicação aqui existente, financiada pelo *lobby* da Febraban. Como é que o Banco do Brasil se presta a um...

**O SR. RONAN TITO** – E pela Anabb, também. Não se esqueça da Anabb – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Claro! É isso mesmo. Estou falando no conjunto, as Presidências aí se uniram. Ora, como se faz uma impostura dessa? Como é que se faz uma guerra de contra-informação? O Líder José Fogaça nos aconselhou, com toda razão, a termos tranquilidade, a realmente não levarmos para o emotivo uma questão seriíssima como essa. Vamos obedecê-lo, mas se faz necessário que alguém diga à alta direção do Banco do Brasil que é preciso levar as coisas também com objetividade e não cair nessa onda de contra-informação, de mau serviço. Por exemplo, quando o Banco do Brasil divulga a estatística, já analisada, de que 80% dos devedores inadimplentes do Banco do Brasil são grandes proprietários rurais e que apenas 1% são pequenos proprietários rurais, faz uma análise aterradora, dizendo que todos aqueles que estão defendendo o cancelamento, que nada tem a ver com a anistia – aliás, esse ponto foi muito bem interpretado pelo jornalista Jânio de Freitas, no seu artigo, citado pelo Senador Esperidião Amin –, são considerados anões em defesa dos fazendeiros, dos latifundiários. É a linguagem do Incra, do pessoal que lá está. Dizem que os pequenos proprietários não têm interesse algum nessa história. Ora, essa estatística é um acinte, é um absurdo! Se ela fosse analisada seriamente, seria lida da seguinte maneira: o Banco do Brasil, há vários anos, expulsou do quadro e da relação dos seus financiamentos o pequeno e o médio produtor rural.

**O SR. RONAN TITO** – Claro! Evidente! No passado, 30% dos seus tomadores eram formados por pequenos proprietários; hoje, estes representam apenas 1%.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Então, esse não é mais o Banco do Brasil que nós queremos. Aí, sim, pode ser privatizado, porque é um banco comercial como outro qualquer, que joga fora os principais produtores, pois os pequenos e médios produtores são realmente aqueles que sustentam a produção de alimentos no País, são aqueles que sustentam a explosão econômica e o desenvolvimento de Santa Catarina. E todas as regiões que prosperam o fazem através do pequeno e do médio produtor, em conjunto com os grandes, também. O Banco do Brasil declara, através de uma estatística mal lida, mal interpretada, que realmente já não tem mais entre os seus financiados o pequeno e o médio agricultor. O segundo ponto nessa guerra de contra-informação, nessa verdadeira impostura decidida pela direção do Banco do Brasil, é que o seu Presidente, Dr. Calliari – pessoa por quem temos uma grande sim-

patia, pelo seu trabalho naquele órgão –, vem sendo conduzido por maus assessores, que são lobistas da **Febraban** e da **Anabb**, e repetiu esses números em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Ou seja, que o impacto financeiro do decreto, se aprovado pelo Senado, seria de 97 bilhões de dólares! (Risos) Senador Pedro Simon, se o Banco do Brasil tivesse esse impacto financeiro, isso significaria que teria roubado dos produtores rurais 97 bilhões de dólares! Porque esse dinheiro não foi recolhido...

**O SR. RONAN TITO** – Não existe outra leitura, é só essa.

**O Sr. Mansueto de Lavor** – Quanto mais alto o número, maior o roubo praticado pelo Banco do Brasil. Nesse caso, não só iríamos defender a privatização do Banco do Brasil, como também iríamos fazer que o seu enorme patrimônio voltasse àqueles a quem o Banco dilapidou e roubou: os produtores rurais. Essa situação não é possível, ainda mais que essa estatística é falsa. Eu denunciei essa estatística, porque fiz os cálculos e não chegava à metade do anunciado. Então, deduziram que corresponderia à metade de 97, que é 45. Entretanto, também não é 45, é menos de 30 bilhões. E ainda acham pouco? Eu acho muito! Sabe-se, hoje, que esse impacto é nulo. É uma sustação, porque tudo aquilo foi uma assombração. E mesmo que se tivesse algum impacto, se se quisesse retroagir e ressarcir alguns agricultores – conforme corretamente calcula Jânio de Freitas – não chegaria a 6 bilhões de dólares. Esses 6 bilhões de dólares são compensados pelos depósitos sem nenhuma remuneração, os depósitos à vista do Banco do Brasil, que podem cobrir isso plenamente. Então, nesse jogo de contra-informação, o que ocorre? Cria-se uma imagem terrivelmente distorcida do País e do Congresso Nacional, e uma má-vontade, porque se emocionaliza o debate. Senador Ronan Tito, esse ponto é importantíssimo. Temos que destruir esse castelo de contra-informação lançado contra uma decisão do Congresso, que, evidentemente, precisa ser retocada no Senado. Nós temos o papel de aperfeiçoar, de discutir, de negociar; o nosso trabalho é esse. Não devemos nos aterrorizar e fugir com medo da guerra da opinião pública. V. Exª tem razão: temos que enfrentar, com a frente erguida, essa guerra contra o Congresso Nacional feita mediante um episódio com números falsos fornecidos por uma organização financeira estatal, o Banco do Brasil. Isso é lamentável, isso não pode ocorrer; esses dados, essas estatísticas são distorcidas, não resistem à menor análise criteriosa. Portanto, é preciso repudiar esse expediente produzido, talvez inocentemente, pelo Presidente Calliari, que relutou quando contestei os números, alegando que foram os seus advogados que haviam feito o levantamento. Tenho certeza que se ele voltasse a esta Casa certamente não sustentaria essa estória dos 97 bilhões de dólares; ele não repetiria mais isso. Mas foi um mau serviço. Quantas notícias foram divulgadas, causando desgaste ao Congresso, aos Parlamentares, e até expedientes escusos de quebra ilegal de sigilo bancário para saber, dos membros da CPI do Endividamento Agrícola, quem devia ao Banco do Brasil. Foi um episódio lamentável, tudo isso por conta desses números, desses fatos, que não correspondem à realidade. Vamos ver se o Senado chega à realidade. Parabenizo a V. Exª pela análise que faz de um problema tão grave como é o da produção rural.

**O SR. RONAN TITO** – Pergunto ao nobre Líder Pedro Simon se ainda deseja apartear.

**O Sr. Pedro Simon** – Se V. Exª me permitir...

**A Srª Júnia Marise** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Agradeço primeiro ao Senador Mansueto de Lavor e ouço, com prazer, o nobre Senador Pedro Simon. Em seguida, ouvirei V. Exª, nobre Senadora Júnia Marise.

**O Sr. Pedro Simon** – Em primeiro lugar, não há dúvida de que a argumentação de V. Exª, com relação à produção agrícola, é da maior importância. Creio que, lamentavelmente, este País, ao longo do tempo, não deu a devida seriedade, a título de análise, a essa matéria. Seria importante se realmente conseguíssemos realizar o que foi sugerido aqui – isso seria mais fácil de se fazer no Senado do que na Câmara, por causa do número –, ou seja, de numa hora como esta sentarmos em torno de uma mesa, com entidades defensoras dos produtores agrícolas, do Congresso Nacional e órgãos do Governo para realizarmos um debate que realmente esclarecesse definitivamente essa matéria. Penso que isso é importante e necessário. Por isso considero seu pronunciamento muito importante. Essa matéria não pode ser considerada apenas como uma tentativa de a imprensa desmoralizar o Congresso Nacional. A decisão deve ser tomada com a profundidade necessária. O que me leva a fazer este aparte é que V. Exª sabe que lhe tenho uma admiração muito grande. V. Exª é um homem de uma dignidade extraordinária, é um homem de luta – e isso vejo com muito carinho –, é um homem de muita garra, muito apaixonado pelas teses que defende; é um homem sério, que desenvolveu toda a sua atividade na hora mais difícil; não era apenas um dirigente de empresa, mas um dirigente de uma entidade patronal; entrou pelo lado difícil, pelo MDB, suportando momentos de dificuldades, momentos amargos, momentos realmente difíceis. V. Exª é um homem que mantém um padrão de dignidade, de seriedade. Desde quando V. Exª pertencia à outra Casa, aprendi a admirá-lo e a respeitá-lo. Vejo a sua paixão; sinto que V. Exª está vivendo uma hora muito importante, aliás, o mundo inteiro está vivendo uma hora de interrogações e V. Exª vem prestando esse serviço, que considero da maior importância, ao Congresso Nacional; V. Exª vem nos acordando, às vezes até – eu diria –, provocando-nos para que despertemos ao debate, à discussão. Sua atitude é absolutamente correta. Que bom se todos fizéssem como V. Exª! Vou ser muito sincero: fico estimulado quando há debates nas nossas sessões do Senado. Entretanto, no Congresso Nacional, como são tantos os Parlamentares, não sinto a mesma coisa. Observo que lá há muito barulho – o que me assusta – e, às vezes, não consigo entender que naquela confusão toda possamos chegar a uma conclusão concreta, pois quando um fala, os outros não escutam. Aqui não, aqui temos condições de propiciar um debate civilizado, consciente, que nos leve, tal como se está fazendo agora nesta manhã, à margem de ideologia, à margem de partido, a buscar equações que são realmente importantes para o País. Tenho muito respeito pelo seu pronunciamento, pois creio que V. Exª está absolutamente correto no que tange a um país que não paga as contas, onde as coisas estão praticamente todas erradas. Mas a minha consciência me diz – e sou obrigado a dizer o que penso – que se eu fosse Presidente da República, demitiria a Ministra. Estou apenas dizendo com muita sinceridade: um bilhete naquele estilo envolvendo uma Ministra de Estado, eu a demitiria. A maneira de ser de cada um diverge, mas existem coisas que fazem parte da respeitabilidade do poder. Veja que situação: ele é esposo da Ministra e ambos, marido e mulher, trabalham na mesma firma, sendo que a mulher exerce o cargo de Ministra dos Transportes e, então, ele escreve um bilhete solicitando ao DNER que faça o pagamento para a empresa da qual ele é funcionário. Perdoe-me a sinceridade. Em primeiro lugar, isso é burrice, é ingenuidade, pode-se até dizer que é uma atitude infantil, ridícula e grotesca, mas há algumas coisas que são símbolos. Se permanecer tal Ministra, que autoridade terá este Governo para amanhã ou depois, nos casos que são verdadeiros escândalos e que vêm acontecendo, exigir que as coisas sejam diferentes? Não falei com o Presidente, não tenho idéia da sua opinião; falo, não como Líder do Governo, mas como cidadão. Posso

estar errado, não estou afirmando que esteja certo, mas esta é a maneira como encaro essa situação. Sinceramente, se fosse o Presidente, eu a demitiria.

**O SR. RONAN TITO** – Senador Pedro Simon, uma vez era Governador de Minas Milton Campos e aconteceu uma greve numa estação de Divinópolis, em que os trabalhadores começaram a quebrar a estação. O Chefe de Gabinete chegou ao Governador Milton Campos e disse: – Sr. Governador, pararam a Rede Mineira de Viação (hoje Rede Ferroviária Federal). Eles estão em greve e estão quebrando tudo. Que tal mandar um vagão de soldados? – Ele falou: – Que tal mandar um vagão de dinheiro e pagá-los?

O dever de quem deve é pagar.

No início do meu discurso, eu estava contando que um vizinho meu, morador do mesmo edifício, trabalha como executivo de uma empresa nos Estados Unidos. Segundo ele, isso jamais aconteceria nos Estados Unidos. Perguntei: Por quê? – Porque toda semana, recebo o cheque pelo correio, eu não vou lá. Eu presto um serviço, o fiscal vai à obra, a obra está feita, o cheque vem pelo correio. Mas, por que você recebe semanalmente? – Porque pago os trabalhadores semanalmente.

O empresário presta serviço, tem os trabalhadores, ele tem que pagar os seus empregados. Se o patrão se recusa a pagar o empregado, ele vai à justiça. Não tem outra maneira; quem deve paga.

**O Sr. Pedro Simon** – V. Exª está absolutamente correto, tudo o que V. Exª diz é correto. Por isso nós aprovamos a Lei de Licitações. Pela nova Lei de Licitações, se o serviço foi feito, manda para a pagadoria e entra na fila. O que primeiro fez é o que primeiro recebe. Não há como furar fila. É assim que tem que ser. Essa lei está em vigor. Os pagamentos devem ser feitos de acordo com a prestação do serviço. Quem fez primeiro, recebe primeiro. E o marido da Ministra burlou essa lei. Ele fez exatamente o contrário. V. Exª tem razão. Está tudo errado? Está. Tem que mudar? Tem. O que existe hoje é o bilhetezinho, o telefone, vai o Deputado lá, vai o Senador. Está errado? Está. Mas o que não se pode é oficializar o erro. Nós mudamos, fizemos a Lei de Licitações que tenta mudar essa questão. Recebe primeiro quem tem direito a receber primeiro. Mas, com relação à outra parte, não tenho dúvida: fazer sem ter que pagar é uma questão realmente séria a ser analisada.

**O SR. RONAN TITO** – Dá impeachment!

**O Sr. Pedro Simon** – Pode até dar impeachment.

**O SR. RONAN TITO** - Contrata, faz o serviço, não paga!

**O Sr. Pedro Simon** - Pode até dar, mas isso não permite que o esposo da Ministra faça um bilhete pedindo para pagar a conta da empresa em que trabalha. Isso não pode existir. São duas coisas completamente diferentes. Pode até dar **impeachment** para o Presidente que não paga. Quero saber qual é a autoridade que tem essa Ministra ao receber os bilhetinhos das empreiteiras mandando pagar lá, pagar aqui, pagar não sei onde, depois que seu marido deu o exemplo. Não sei, não falei com o Presidente Itamar Franco. Até estou achando meio sem graça este meu aparte, mas como V. Exª trouxe o assunto e pelo respeito e carinho que lhe tenho, estou lhe dizendo meu pensamento. A minha consciência me diz: eu, Pedro Simon, nessa situação, demitiria.

**A Srª Marluce Pinto** - Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Nobre Senador Pedro Simon, respeito o ponto de vista de V. Exª e ouço a nobre Senadora Marluce Pinto; depois, se V. Exª me permitir, voltarei ao assunto.

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** - Nobre Senador Ronan Tito, o nobre Senador Mansueto de Lavor tem razão ao dizer que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> abrangeu muito assuntos. Com relação ao que V. Ex<sup>a</sup> falou sobre a Amazônia, tudo o que foi dito é a realidade. Só que o mais grave — e tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> não desconhece e só não citou por esquecimento — é a demarcação das terras indígenas. Fiquei muito surpresa!

**O SR. RONAN TITO** — Permita-me fazer uma revelação a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senadora. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que empresas de topografia que mediram as terras não receberam o pagamento até hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) — Lembro a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ronan Tito, que o seu tempo está esgotado.

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** - Tem coisas mais graves, Senador. Ontem recebi um jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, onde se lê o seguinte: "A questão da Organização Não-Governamental Maguta é complicada. A entidade dirigida por antropólogos firmou convênio com a Funai para demarcar, por conta própria, 965.150 hectares da área Tikuna".

**O SR. RONAN TITO** — Só 960 mil!!!

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** — "Para tanto contratou, sem licitação, a empresa Serplan, a mesma que fraudou e superfaturou a demarcação da reserva ianomâmi." Quantas vezes já falei desta tribuna sobre as terras dos ianomâmi, que tomaram quase 50% do Estado de Roraima, e ainda fica a Funai a mandar correspondência para todos os Parlamentares, porque quer demarcar 266 áreas indígenas. No nosso Estado mesmo, ainda querem demarcar a Maloca da Raposa, Serra do Sol, onde está o maior rebanho bovino do Estado, as melhores terras agricultáveis. E nas dos ianomâmi, todos nós sabemos que os minérios nobres do nosso País estão naquela região. E para surpresa nossa, que estávamos esperando que saísse agora o decreto para a implantação das áreas de livre comércio para Pacaraima e Bonfim, que V. Ex<sup>s</sup> nos ajudaram a aprovar o projeto, telefona-me o Superintendente da Receita dizendo que talvez não implante a de Pacaraima, porque recebeu um comunicado da Funai informando que Pacaraima é terra indígena. Pacaraima é quase uma cidade!

**O SR. RONAN TITO** — Tive o privilégio de, juntamente com o Senador Pedro Simon, sobrevoar a área de helicóptero.

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** — Se V. Ex<sup>s</sup> voltassem a Pacaraima ficariam muito surpresos com o crescimento ocorrido lá desde a visita de V. Ex<sup>s</sup> até o presente momento, porque o Governador estruturou, está até asfaltando a estrada Boa Vista, marco BV-08; são 213 quilômetros, dos quais 130 já estão pavimentados. E agora, porque a Funai dá uma informação inverídica, pára tudo. E o Estado fica sacrificado, porque não pode garimpar, não pode cortar uma árvore; tem uma área de livre comércio a ser implantada, também não pode, porque a Funai não deixa. E a própria Funai, sem licitação — como cita aqui o jornal —, contrata a mesma empresa que superfaturou os serviços de demarcação das terras dos ianomâmi. Nós, os Parlamentares, trabalhamos muito; quando não estamos em plenário, estamos cuidando dos interesses dos nossos Estados. No Estado de Roraima, implantado recentemente, temos que ficar correndo atrás de tudo, até de apagar o fogo que a Funai vive provocando. V. Ex<sup>s</sup> se lembram muito bem daquelas notícias de Haximu, quando disseram que tinha havido uma matança de índios no Brasil. O Presidente da Funai fazia afirmações, na televisão, como se ele mesmo tivesse assistido. Na hora em que ficou comprovado que foi na Venezuela, a informação de que não era no Brasil e sim na Venezuela durou menos de trinta segundos. Ninguém foi defender o Brasil, muito menos o Estado de Roraima.

Então, são por essas coisas que hoje nós, políticos, estamos caindo no descrédito dos eleitores, exatamente porque não se resolvem os problemas. E quem está lá no Norte não vai pensar que aqui encontramos empecilhos; as pessoas não sabem que os Parlamentares vivem atrás de resolver os seus problemas, mas não encontram guarida; encontram as portas fechadas. Uma notícia mal contada por um simples antropólogo da Funai tem muito mais validade do que o que nós falamos aqui. Esta é a realidade, isto precisa acabar em nosso País. É preciso que o trabalho dos Parlamentares seja considerado. Não podemos ficar só no discurso. Existe o discurso, mas não existe ação. Esta é a realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) — Senador Ronan Tito, peço-lhe não conceda mais apartes, porque há outros oradores inscritos.

**O SR. RONAN TITO** — Vou encerrar, Sr. Presidente, mas o nobre Senador Gilberto Miranda há muito pediu-me um aparte. Eu o ouço e encerrarei, com a complacência de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Gilberto Miranda** — Senador Ronan Tito, quando V. Ex<sup>a</sup> se pronuncia nesta Casa, com o plenário cheio, pela metade ou quase vazio, todos ficam atentos, e até o final. Nosso representante pelo Rio Grande do Sul comentava sobre a forma como V. Ex<sup>a</sup> até se excita ao falar dos problemas nacionais. Quanto a esse Governo, Senador Ronan Tito, é perda de tempo; até o final dele, nos próximos dez meses, tudo vai ficar do jeitinho que está ou talvez pior. O Presidente não tomou nenhuma decisão com relação a ministros; ao que aconteceu no camarote presidencial. Como disse o Senador Pedro Simon, no caso da Ministra dos Transportes, ele a demitiria; já o teria feito no mesmo dia em que se soube do bilhete. Discordo de V. Ex<sup>a</sup>, com todo o respeito. Tenho um pronunciamento a respeito do assunto pronto para amanhã. Espero que o Presidente Itamar não me deixe fazê-lo, e demita a Ministra ainda hoje, se possível, porque vou falar cobras e lagartos deste Governo. Acho vergonhoso convidar-se para o cargo de ministra pessoa que faz parte de uma firma de engenharia, que traz o seu marido, o marido manda bilhete e diz que vai continuar mandando. O País não pode mais conviver com isso. De jeito nenhum. Isso, no mínimo, é vergonhoso. Espero que a primeira notícia do Jornal Nacional, hoje à noite, seja a queda da Ministra dos Transportes Margarida Coimbra. A Ministra Margarida é um capricho do Presidente, que é um homem cheio de caprichos. Não sei por que não nomeia um ministro para a Integração Regional, um ministro para o Ministério das Minas e Energia e um Ministro para o Bem-Estar Social, e por que deixa o Osvaldo Russo sair do Incra, dizendo que aqueles que seriam candidatos deveriam ter saído no final de dezembro. Assistimos praticamente dobrar a inflação no Governo Itamar. Vamos assistir a tudo que nossa imaginação criar até o final do Governo Itamar. O Governo Itamar veio para não fazer nada e, lamentavelmente, vai continuar desse jeito. Mas esperamos que pelo menos acorde e nomeie ministros o mais rápido possível. O Fundo Social de Emergência, pelo qual tinha tanto interesse, já foi votado, Senador, só falta ser promulgado. Então, nomeie ministros. Tente imprimir alguma velocidade a esses Ministérios. Agora, o que não podemos é ouvir de seu Ministro da Agricultura, que é do nosso partido, vir à Comissão de Economia e dizer que o Governo vai emitir para pagar as perdas do Plano Bresser e tudo mais. Falou bobagem. E depois se irritou quando toquei no assunto com ele. Está na hora de o Presidente Itamar dedicar-se mais ao Governo; está na hora de o Presidente Itamar imprimir uma velocidade que não conseguiu nos quatorze ou dezesseis meses de Governo. Sua Excelência é um homem sério, um homem direito; então, vamos imprimir trabalho. O País precisa de trabalho, o País está com pressa, não podemos ficar só com a



URV. Com a URV só um grupo perdeu, o dos 150 milhões de assalariados. Só o salário, Senador Ronan Tito, pela média dos 4 meses é que vai perder. Agora, o preço do feijão que há vinte dias estava em 580 cruzeiros reais o quilo foi para 1.800 cruzeiros reais. Tudo subiu 70%, 80% a 90% de preço. Duvido que o Ministro da Fazenda tenha condições de fazer com que esses preços voltem pela média. O pobre vai pagar, o assalariado vai pagar. O Presidente Itamar não vai pagar, porque nós pagamos as suas contas de comida, casa, bebida, viagem, camarote etc. Muito obrigado por conceder-me o aparte, nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** – Eu é que agradeço, nobre Senador Gilberto Miranda.

Termino, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Líder Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup> é amigo do Presidente Itamar como eu também sou, mas, por dever de ofício, V. Ex<sup>a</sup> tem de conviver com Sua Excelência. Diga ao Presidente que, na vacância do Sr. Osvaldo Russo que sai para se candidatar, coloque um homem que esteja verdadeiramente interessado em fazer reforma agrária, um homem como o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que queira cumprir contratos. E cumprir contratos significa não desrespeitar aquilo que foi escrito.

Repito, Sr. Presidente, reforma agrária só existe em países capitalista, porque no comunismo tudo é do Estado.

Mas como eu acredito muito, muito, na reforma agrária, peço que o Ministério responsável tenha lá um homem sério e comprometido com essa reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ronan Tito, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise. (Pausa.)

**O SR. NEY MARANHÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PRN, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. NEY MARANHÃO** (PRN – PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vai ser discutido e votado hoje à tarde, na sessão do Congresso Revisor, o item 2 da pauta que contém as propostas e respectivas emendas a serem oferecidas ao art. 82 da Constituição que fala sobre a duração do mandato presidencial. E no § 4º, licença para afastamento do exercício do mandato, para se candidatar.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, este Senador, desde 1989, bate-se pela reeleição de governadores, prefeitos e Presidente da República. Neste momento, vou defender a diminuição de mandato de Presidente da República, para que esse mandato coincida 1998. O parecer do Relator, Deputado Nelson Jobim, é favorável à minha emenda, que permite a reeleição para cargos executivos, nos níveis federal, estadual e municipal.

Sr. Presidente, também apresentei um destaque, que conta com o apoio de mais de 300 Deputados, assinado pelas Lideranças, mostrando que não me conformo que os atuais governadores não tenham direito à reeleição, mas nunca ao afastamento do cargo como querem alguns; e uma emenda aditiva, que permitiria o afastamento desses governadores e prefeitos 60 ou 90 dias antes, para se candidatarem a Deputado Federal ou Senador ou a qualquer outro cargo que não seja aquele que ele ocupa. Isso significaria ca-

suísmo puro e não podemos aceitar de maneira nenhuma esse tipo de casuísmo. Dentro dessa linha, Sr. Presidente, não há por que reclamar amanhã que um Prefeito, um Governador ou um Presidente da República vá usar essa máquina para se reeleger. Nunca. Hoje sim, hoje essa máquina é usada, e nós temos como exemplo o caso do Estado de São Paulo.

Permita-me, com todo o respeito que tenho pelo Governo Fleury e pelo ex-Governador Orestes Quércia, mas o Estado de São Paulo quase foi quebrado, quando o Governador Quércia conseguiu eleger o seu candidato, que, naquela época, tinha apenas 2% dos votos – e conseguiu sobrepor o Maluf e o Antônio Ermírio de Moraes. É como diz um adágio popular do Nordeste: era um caixão de defunto melado de graxa sem aselha.

Dentro dessa linha, estarei hoje no Congresso Revisor defendendo a diminuição do mandato de Presidente da República, mas sendo visceralmente contrário à diminuição do tempo para que qualquer executivo se candidate a outro cargo. Somos favoráveis à reeleição, baseado no art. 22 da Constituição americana, que dá direito a apenas uma reeleição.

Ainda mais, Sr. Presidente: chamo também a atenção do Relator, Deputado Nelson Jobim, e de sua equipe revisora, fazendo um protesto contra a omissão de S. Ex<sup>a</sup> e de seus assessores, por não estarem citando pelo menos as dezenas de Senadores e Deputados que apresentaram emendas para melhorar, aperfeiçoar a nossa Constituição.

Nenhum deles foi citado, Sr. Presidente, nem os das emendas principais, em que os Parlamentares tiveram o cuidado de dar a sua colaboração, como é o caso deste Senador que desde 1989 tenta a reeleição para Presidente, Governador e Prefeito. A emenda foi discutida nesta Casa, em primeira votação no plenário, quando tive o conhecimento de ter maioria absoluta no Congresso quanto ao parlamentarismo, sabendo que seria derrotada. Assim, retirei a matéria da discussão, aguardando o momento propício para que ela voltasse a ser discutida e aprovada por esta Casa.

Essa emenda foi a quarta a entrar na revisão. Hoje, o Sr. Relator, Deputado Nelson Jobim, assessores e membros dessa Comissão omitem não só a autoria dessa emenda constitucional mas também a autoria de emendas de dezenas de Parlamentares, que tratam de outros problemas, mas relativas à mesma linha de pensamento que defendo no Congresso Nacional.

Lanço o meu protesto contra essa situação e levarei essa documentação aos 4.986 prefeitos deste País, que são testemunhas dessa luta que enfrento desde 1989.

Era o que queria dizer neste momento, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nas diversas comunicações feitas pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e pelas autoridades, no que diz respeito à interpretação da Medida Provisória nº 434, que institui a Unidade Real de Valor, foi dito que a partir de agora a remuneração dos trabalhadores em URV significará o reajuste diário dos salários.

É preciso salientar alguns aspectos.

Sim, é fato que, de há muito, trabalhadores, como ainda ontem assinalou o Deputado Paulo Paim, vêm reivindicando que a sua remuneração seja inteiramente protegida da inflação. Argu-

mentam que isso seria adequado e justo. Assim como os preços são a cada dia ajustados, o correto seria que os salários também o fossem para neutralizar os efeitos da inflação sobre o poder aquisitivo da sua remuneração.

Mas precisamos estar atentos a quê? Primeiro: a partir de que ponto estarão definidos os salários? Em março, quando se inicia esse processo, a partir de hoje, 1º de março.

Os salários estão fixados, conforme a categoria, de acordo com a média dos últimos quatro meses, e isso, de alguma maneira, se distingue para o salário mínimo, para os salários do setor privado, para cada uma das quatro categorias diferentes e para os servidores públicos.

Analisa-se que, para cada uma dessas categorias, poderá haver algumas perdas, ou seja, a remuneração inicial poderá ser menor em março, definida em URV e transformada em cruzeiros reais, do que aconteceria se permanecesse vigente a lei salarial anterior.

Mas aí o Governo argumenta: ainda que possa haver alguma ligeira perda, isso está sendo compensado pela transformação dos salários definidos em URV, ajustados diariamente.

Um dos mais conceituados jornalistas brasileiros da área econômica, Joelmir Betting, até assinala:

"Sonho de uma noite de verão: salário com correção diária, para inflação cheia.

Inflação, no caso, medida pela URV, no justo calibres da taxa de câmbio da véspera, senão no calibre do dia-a-dia, com certeza no calibre do mês a mês. Até porque, como reafirma o Ministro Fernando Henrique Cardoso, não é a URV que acompanha o dólar, é o dólar que passa a acompanhar a URV."

Mas é preciso assinalar um aspecto, Sr. Presidente: esse acompanhamento diário da perda do poder aquisitivo para o trabalhador, cuja remuneração será em URV, será até quando? Até que se transforme a URV em Real. A remuneração em URV é fixada com a validade, em princípio, de um ano, podendo só então uma categoria estar modificando na data base, negociando o seu valor real. Ou poderão as categorias até analisarem, mas sobretudo tendo em mente que esse denominado "sonho de verão", assim qualificado por Joelmir Betting, é algo novo, sim, mas para um período limitado, o período de transição entre o anúncio da URV e a introdução definitiva da nova moeda: Real, porque daí para frente - claro que se espera que o Real tenha maior estabilidade - Deus queira que o Governo possa conseguir a estabilidade do Real e uma inflação muito pequena ou mínima. Assinale-se, portanto, que esse denominado "sonho de verão" é algo limitado no tempo, para essa fase de transição.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que ainda ontem explicitiei que não havia, na Medida Provisória sobre a Unidade Real de Valor, algo que delineasse uma estratégia de aumento do salário real, a começar do salário mínimo; entretanto, hoje, leio na Imprensa que o Presidente Itamar Franco - certamente por sugestão e insistência do Ministro do Trabalho, Walter Barelly - criou comissão especial para, no prazo de sessenta dias, propor medidas efetivas para elevar, em termos reais, o pagamento mínimo da contraprestação do trabalho de qualquer natureza. Os trabalhos da Comissão serão desenvolvidos tendo por objeto a elaboração de um cronograma para o crescimento real do pagamento mínimo devido pela contraprestação de trabalho de no mínimo 50%, até 31 de dezembro de 1994, balizado pelo aumento do Produto Nacional Bruto.

Pelo que estou entendendo, observamos que o Presidente, mediante esse decreto, institui comissão para providenciar o aumento, em termos de reais, do salário mínimo, em 50%, até o final do ano. Então, pelo menos se está propondo isso. Ora, consta aqui: "balizado pelo aumento do Produto Nacional Bruto". Até 31 de dezembro, o Produto Nacional Bruto muito dificilmente crescerá em 50%, em termos reais. Deve-se estar entendendo como que uma recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Não sei exatamente qual o período, mas poderíamos dizer que certamente, nos últimos vinte anos, o salário mínimo não cresceu e o Produto Nacional Bruto cresceu mais do que 50%; se verificarmos especialmente os últimos trinta anos, com certeza isto ocorre, ou seja, um crescimento muito baixo do salário mínimo e um crescimento do Produto Nacional Bruto e do produto **per capita**.

Queria, portanto, assinalar que a transformação da URV para o Real significa que, uma vez instituído o Real, o reajuste diário dos salários desaparece e, portanto, não será uma característica em definitivo da economia brasileira, somente pelo período de transição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, uma incerteza cruel vem-me atormentando ultimamente e quero saber se algum dos presentes, por acaso, não compartilha as minhas preocupações:

"O que será do gênero humano dentro de mais alguns anos?"

Expresso diante de V. Ex's as minhas dúvidas, principalmente depois de ter chegado ao meu conhecimento matéria denominada "Desnutrição: o compromisso invisível", publicada no "Destaque 5", do **Relatório Anual do UNICEF** (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O artigo focaliza suas observações nas crianças menores de cinco anos de idade e descreve a situação terrível em que se encontra a infância em grande parte do planeta que habitamos.

Apesar de apenas 1% ou 2% das crianças em todo o mundo exibirem sinais visíveis de desnutrição, estima-se que 190 milhões de crianças, na faixa de idade de que trata o relatório, sejam cronicamente desnutridas, resultando num desenvolvimento precário e na falta de saúde.

O risco de morte, se a criança é atingida por uma doença, duplica para crianças moderadamente desnutridas e triplica nos casos de crianças fortemente desnutridas.

Quando a alimentação é insuficiente, o corpo humano adapta-se para continuar funcionando. Há uma queda na taxa metabólica e na pressão sanguínea. Se há pouca gordura, o corpo rouba de suas reservas, consumindo os próprios músculos e retardando o crescimento ou causando a deformação dos ossos.

Resultado: o que se vê são crianças desnutridas, que tendem a permanecer paradas ao invés de correr e brincar, sentar ao invés de ficar em pé, deitar ao invés de sentar.

Essas observações retiradas do artigo citado, Sr. Presidente, são bastante esclarecedoras para quem, estando em contato com as camadas menos favorecidas da população, tiver o cuidado de observar as atitudes das crianças.

Não é necessário ir muito longe. Um retrato nítido desse estado de coisas pode ser visto bem próximo a nós.

Editorial do **Jornal de Brasília** de 2 de setembro de 1993 analisa os resultados de estudos realizados no Distrito Federal pelo Departamento de Saúde, segundo o qual um terço das crianças internadas nos hospitais da rede pública sofrem de desnutrição. (Essa taxa está condizente com o padrão nacional, o que não pode, de forma alguma, ser considerada uma observação confortadora.) Destaca, ainda, a mesma peça jornalística que, a nível nacional, deve haver mais de cinco milhões de crianças desnutridas, sofrendo as decorrências naturais, como baixa resistência imunológica, crescimento deficiente e até mesmo problemas de aprendizado.

Mais triste, porém, é constatar-se que a promessa feita há quase meio século não se cumpriu. Em 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, reconheceu-se que um desses direitos era o de viver livre da fome e da desnutrição. Governantes de todo o mundo, nessa ocasião, prometeram que "nenhuma criança dormiria com fome". Mais de 50 anos se passaram e, na Conferência sobre os Direitos da Criança, em 1989, voltou-se a selar um compromisso de que a fome seria erradicada, mas isso ainda constitui uma utopia, nos dias atuais. É difícil, para as pessoas com um nível razoável de informação, imaginar todas as crianças do planeta bem alimentadas.

Para se ter uma idéia das dificuldades, recolhemos alguns dados assustadores que foram apresentados por Artur Aymoré, consultor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO -, em artigo no **Correio Braziliense** do dia 5 de janeiro de 1993: cerca de 250 mil lactantes morrem toda semana devido a causas relacionadas à sua dieta e, pasmem, mais de 13 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente em consequência de enfermidades e infecções provenientes direta ou indiretamente da fome ou da desnutrição. Muitas dessas causas poderiam ser eliminadas com relativa facilidade.

Em grande parte dos casos, a própria mãe transmite aos filhos em gestação as características resultantes da falta de alimentação. A anemia materna atrasa o desenvolvimento intra-uterino e contribui para o aumento da mortalidade dos bebês durante o período perinatal, ou seja, o período imediatamente anterior ou posterior ao parto.

O artigo mencionado apresenta outros dados alarmantes: das 500 mil mortes anuais de gestantes ou parturientes, 20% se devem comprovadamente à anemia. Por outro lado, a falta de iodo nas gestantes resulta em cerca de 225 milhões de pessoas, ou quase 4% da população mundial, afetadas por cretinismo endêmico. Só na América Latina e no Caribe, estima-se em 30 milhões (8% da população) o número de pessoas portadoras de bócio e 250 mil afetadas por cretinismo endêmico (uma forma severa e irreversível de retardamento mental e neurológico).

Felizmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já se está tomando consciência da situação catastrófica a que chegou a miséria da população. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO - e a Organização Mundial da Saúde - OMS - organizaram a Conferência Mundial sobre Nutrição, que foi realizada entre 5 e 11 de dezembro de 1992 em Roma.

A Declaração Mundial produzida pela Conferência conclama todos os países a concentrarem esforços e recursos na solução de seus graves problemas nutricionais, principalmente dos grupos mais vulneráveis.

Foi aprovado também um Plano de Ação, que oferece as bases técnicas e científicas para a preparação de planos nacionais de alimentação e nutrição. O objetivo é possibilitar a todas as pessoas atingirem um nível nutricional aceitável até o ano 2000, que deve-  
rá ser conseguido por um desenvolvimento sustentável, ambiental

e economicamente racional, e equitativo, com especial atenção às crianças e mulheres.

A segurança alimentar deve estar conjugada a um saneamento adequado, à disponibilidade de água potável, a planos de saúde materno-infantil e ao planejamento familiar. São ações que dependem de vontade e decisões políticas, exigindo, inclusive, a solidariedade dos países mais ricos em relação aos mais pobres, o que nem sempre se confirma.

Retornando ao assunto do Destaque 5 do Relatório Anual do UNICEF, é importante destacar que programas em larga escala, implementados recentemente na África e na Índia, demonstraram que pode ser cumprida a meta estabelecida no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em 1990, que estabeleceu o objetivo de reduzir em 50% as taxas de desnutrição grave e moderada entre crianças menores de cinco anos até o ano 2000. Diz o texto que "... mesmo em meio a crises econômicas, o programa de nutrição baseado na comunidade implementado em Iringa, na Tanzânia, conseguiu, em um período de três anos, uma redução de 50% nas taxas de desnutrição grave. O custo inicial do programa foi de aproximadamente US\$ 16 por criança em 1984. À medida que o programa foi ampliado para todo o país, o custo foi reduzido para US\$ 2,50 por criança."

Como se pode inferir do exposto, os custos são largamente compensados pelos resultados, podendo-se acrescentar que os gastos nas ações de saúde devem sofrer uma sensível diminuição com a implantação de programas desse tipo.

A nutrição deve ser encarada como um dos mais importantes fatores no desenvolvimento das nações. Partindo desse pressuposto, com a péssima distribuição de renda existente no Brasil, uma das mais perversas do planeta, estar-se-ia caminhando no rumo contrário ao do desenvolvimento. Um país que não se envergonha de estabelecer um salário mínimo que gira em torno dos 70 dólares mensais não pode esperar que seus cidadãos possam alimentar-se de modo a influir significativamente no desenvolvimento e no crescimento, melhorando, dessa forma, os indicadores do nível de vida e de bem-estar da população.

Atentemos também para as palavras do Professor J. E. Dutra de Oliveira, titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e presidente da União Internacional das Ciências da Nutrição, em artigo para o **jornal O Estado de S. Paulo** de 23 de abril de 1993: "Precisamos nos conscientizar de que a alimentação e a nutrição devem ser o objetivo primário de todos os governos. Não é possível considerá-las um apêndice da saúde, da economia. A boa nutrição é a causa, não o efeito da boa saúde. É também um fator essencial ao desenvolvimento econômico e social."

"Não se pode esperar que uma criança fique desnutrida para ser tratada na rede de saúde, que mal consegue cuidar da assistência médica, que lhe é afeta."

Sr. Presidente e Srs. Senadores,

Em um país como o nosso, em que faltam verbas para as ações mais básicas de saúde, como podemos imaginar que serão tratadas todas as doenças resultantes da falta de alimentação adequada?

O próprio relatório do UNICEF aborda a questão de que o baixo peso ao nascer, e práticas específicas, como o aleitamento na mamadeira, contribuem decisivamente para a desnutrição. Nesse caso, caberia às instituições públicas e privadas

envolvidas com a assistência à maternidade e à infância levantarem a questão e promoverem intensa campanha demonstrando as vantagens do aleitamento materno para a saúde e o desenvolvimento da criança.

Mas o relatório faz um alerta também para outros fatores e deixa claro que a causa principal que leva à desnutrição é o acúmulo de doenças, especialmente a diarreia, que proliferam em comunidades pobres desprovidas do abastecimento de água limpa e saneamento. Doenças crônicas drenam os nutrientes do corpo e de suas células.

Precisamos abrir os nossos olhos e os dos dirigentes do País, se quisermos atingir um nível de nutrição condizente com o padrão esperado para o terceiro milênio, do qual nos estamos aproximando. Medidas com o objetivo de melhorar as características nutricionais contribuirão para o retorno do crescimento do País, com um povo saudável e bem alimentado, pois áreas cultiváveis não configuram problema para a Nação brasileira, que possui um território de dimensões continentais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com profundo pesar que trago ao conhecimento dos ilustres Colegas, para que conste dos Anais da mais alta Casa do Congresso, o falecimento, há poucos dias, na cidade de Fortaleza, do líder político Dr. José Lourenço Colares, um dos fiéis seguidores das idéias de Getúlio Vargas, tendo fundado, no Ceará, o PTB.

Mantendo-se sempre sob a liderança do ex-senador Carlos Jereissati, Lourenço Colares teve, na política do meu Estado, um desempenho condizente com os seus nobres méritos pessoais, posicionando-se, permanentemente, em favor dos humildes e das causas populares, sem chegar, contudo, a radicalismos e excessos de qualquer natureza.

Amigo de Vargas e de João Goulart, ocupou postos federais importantes, procurando, em todos os momentos, defender os interesses das classes trabalhadoras, sem nunca se desviar desse **desideratum**. Exerceu, assim, plenamente, uma ação política oriunda de sua formação ideológica, sob o apanágio daqueles ideais que levaram o grande Caudilho dos Pampas, por mais de uma vez, à Presidência da República.

Manifesto minha admiração por sua personalidade de homem simples e bom por havê-lo conhecido muito cedo, contemplando, mesmo em Partido diferente do seu, o velho PSD de Nereu Ramos, a sua atuação em prol do trabalhismo e do sindicalismo, por acreditar que, através desse caminho, na vida política nacional, seria possível chegar-se a uma situação em que os pobres fossem menos pobres e os ricos, menos ricos.

Quando a Revolução de 64 extinguiu os grêmios políticos de maior tradição no País, o Dr. José Lourenço Colares ingressaria no Movimento Democrático Brasileiro, onde atuamos juntos em busca da redemocratização e do restabelecimento dos direitos fundamentais conspurcados pelos atos discricionários.

Nessa luta, minha e dele, como de todos os democratas que ingressaram no MDB, seríamos vitoriosos, pela persistência ou pela determinação com que nos entregamos aos nossos patrióticos objetivos. E o ilustre extinto, cuja memória agora reverencio, deu inequívocas provas ou demonstrações de devotamento aos superiores interesses do Brasil, sempre atento, em defesa, sobretudo, das postulações das classes mais necessitadas.

Evoco, portanto, com a maior emoção e saudade, a sua figura de líder, apresentando aos trabalhistas cearenses e à sua família as minhas mais sinceras homenagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1994

**Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo**

**Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.**

**2****REDAÇÃO FINAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1993**

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 65, de 1994) do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1993 (nº 139/91, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1988.*

**3****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1991**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1991 (nº 265/87, na Casa de origem), *que dispõe sobre a comprovação de habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis apresentados ao Tribunal de Contas da União.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**4****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 1992**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1992 (nº 7.601/86, na Casa de origem), que *define a atividade de cabeleireiro profissional autônomo, e dá outras providências*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**5****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que *cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências*. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

## 6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1993**  
**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução**  
**nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1993 (nº 256/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABAC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades, firmado em Brasília, em 27 de março de 1992, tendo*

Parecer favorável, sob nº 7, de 1994, da Comissão  
- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

## 7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1993**  
**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução**  
**nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado. (Dependendo de parecer da Comissão de*  
**Relações Exteriores e Defesa Nacional)**



**8****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1993, de autoria do Senador Ney Maranhão, que *cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

**9****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 106, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica, e dá outras providências*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**10****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 106, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1993, de autoria do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de fortificação dos alimentos básicos e dá outras providências*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**11****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 97, de 1993)**

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**12****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que *dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994*. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**13****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1993**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 96, de 1993, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a publicação dos Perfis Parlamentares dos ex-Senadores*, tendo Parecer sob nº 34, de 1994, da Comissão - Diretora, favorável, com emendas de 1 a 3.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h35min.)

<p><b>MESA</b></p> <p>Presidente</p> <p>Humberto Lucena _ PMDB _ PB</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b></p> <p>Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b></p> <p>Levy Dias _ PTB _ MS</p> <p><b>1º Secretário</b></p> <p>Júlio Campos _ PFL _ MT</p> <p><b>2º Secretário</b></p> <p>Nabor Júnior _ PMDB _ AC</p> <p><b>3º Secretário</b></p> <p>Júnia Marise _ PRN _ MG</p> <p><b>4º Secretário</b></p> <p>Nelson Wedekin _ PDT _ SC</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>Lavoisier Maja _ PDT _ RN</p> <p>Lucídio Portella _ PDS _ PI</p> <p>Beni Veras _ PSDB _ CE</p> <p>Carlos Patrocínio _ PFL _ TO</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Pedro Simon</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Mauro Benevides</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Cid Sabóia de Carvalho</p> <p>Garibaldi Alves Filho</p> <p>José Fogaca Ronaldo</p> <p>Aragão Mansueto de Lavor</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Mário Covas</p> <p><b>Vice-Líder</b></p> <p>Jutahy Magalhães</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Março Maciel</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Odacir Soares</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>José Paulo Bisol</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Jonas Pinheiro</p>	<p><b>Vice-Líder</b></p> <p>Valmir Campelo</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Magno Bacelar</p> <p><b>LIDERANÇA DO PRN</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Ney Maranhão</p> <p><b>Vice-Líder</b></p> <p>Áureo Mello</p> <p><b>LIDERANÇA DO PP</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Irapuan Costa Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPR</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Epitácio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Afonso Camargo</p> <p>Esperidião Amim</p> <p>Moisés Abrão</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p>Eduardo Suplicy</p>
--	--	---

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA \_ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/03
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

**Secretária:** Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10 horas  
**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras  
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
<b>PFL</b>			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

<b>PSDB</b>			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

<b>PTB</b>			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

<b>PDT</b>			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

<b>PRN</b>			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

<b>PDC</b>			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

<b>PDS</b>			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

<b>PSB / PT</b>			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

<b>PP</b>			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

**Secretário:** Luiz Cláudio/Vera Lúcia  
**Telefones:** Secretaria: 3515/16/4354/3341  
**Sala de reuniões:** 3652  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 14 horas.  
**Sala nº 09 \_ Ala Alexandre Costa**

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha  
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

**PSDB**

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

**PDC**

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

**PDS**

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho

**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL \_ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekkel Freitas

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

**PFL**

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekkel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

**PTB**

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

**PP**

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos

**Ramais:** 3496 e 3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE  
INFRA-ESTRUTURA \_ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

**PFL**

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekkel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

**PTB**

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

**PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

**Secretário:** Celson Parente \_ Ramais 3515 e 3516

**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3286

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
 Presidente: Valmir Campelo  
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

## Titulares

## Suplentes

### PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

### PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

### PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

## PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

## PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

## PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

## PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

## PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

## PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

## PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**Secretária:** Mônica Aguiar Inocente

**Ramais:** 3496/3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 3121



# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

Semestral .....CR\$3.620,00

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

Semestral .....CR\$3.620,00

J. avulso .....CR\$30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes – Brasília – DF**  
**CEP: 70160-900**

**Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

## Leia neste número:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito

*Inocêncio Mártires Coelho*

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão

*Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha*

Controle externo do Poder Judiciário

*José Eduardo Sabo Paes*

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise

*Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima*

### Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Cotrim Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gueiros Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Luiz Antonio Soares Hentz*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Ann Helen Wainer*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Affonso Leme Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias penais na Alemanha do pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Proceso, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindeiro*

Liderança parlamentar. *Rosinethe Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Leite Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recesso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para  
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas  
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar  
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal

## Novas publicações

### ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

### LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

## Outros títulos

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

### CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA Comentários por João Barbalho U. C

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar • 70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 • Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 107/1203**  
**Brasília - DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**